

Que mudanças? Cuba e a sua relação com os EUA

Pedro Aires

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

Professor Auxiliar Convidado, Mestre Luís António Fretes Carreras

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Professora Auxiliar Convidada, Doutora Inês Pereira

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro, 2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha mãe, pai, irmã e avós por me terem garantido as condições materiais e afetivas que permitiram a realização desta dissertação. Tal como à minha companheira de todas as lutas, a Joana, por ter estado sempre ao meu lado quando a frustração superava a motivação para terminar este trabalho.

Em segundo lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor Luís Fretes, por ter sido a pessoa que me desafiou a estudar Cuba no âmbito da minha dissertação de mestrado. Graças a ele pude concretizar o sonho de viajar e estudar em Cuba, algo pelo qual estarei sempre agradecido. Agradeço também à minha coorientadora, a professora Inês Pereira, por toda a ajuda prestada a limar as arestas deste trabalho.

Quero também agradecer ao Eduardo, à Magaly, à Leyanes e à Leynita por ao longo da minha estadia de quatro meses em Cuba me terem tratado como mais um membro da sua família. Não tenho dúvidas que, sem eles, as condições para eu desenvolver a minha investigação em Cuba não teriam sido as mesmas.

Agradeço também ao professor Andrés Zaldívar Diéguez, docente no *Centro de Estudios Hemisféricos y sobre Estados Unidos* da Universidade de Havana, que me disponibilizou, ainda por publicar, a 2ª edição do seu trabalho *Bloqueo – El Asedio Económico más Prolongado de la Historia*, obra indispensável, no meu entender, para compreender a política externa dos EUA para com Cuba nos últimos 60 anos.

Por fim, agradeço também aos meus irmãos do E.C, família que não escolhi e que já me acompanha há tanto tempo quanto a capacidade que tenho de me lembrar.

RESUMO

O restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA foi um dos mais importantes acontecimentos dos últimos anos no continente americano. Ao fim de mais de 50 anos de hostilidade assistimos à mais ambiciosa tentativa de normalizar as relações dos dois países. Depois de dois anos de avanços com uns EUA liderados por Barack Obama, a chegada de Donald Trump à presidência marca um regresso de uma política externa assente no confronto e hostilidade.

Simultaneamente aos avanços e recuos na relação dos dois países, Cuba empreende o maior processo de transformação, económico e social, vivido na ilha desde o triunfo da sua revolução, em 1959, nomeadamente no que à propriedade e organização do emprego diz respeito, tal como ao papel do Estado na sociedade.

Esta investigação propõe-se sistematizar, quer as mudanças na relação dos dois países, quer as transformações que têm ocorrido em Cuba nos últimos anos. Deste modo pretende-se compreender se houve uma mudança estrutural da relação dos EUA com Cuba e perceber de que modo ela pode influir, ou não, nas transformações que a maior ilha das Antilhas tem vivido nos últimos anos.

Palavras-chave: Cuba; EUA; bloqueio; diplomacia; economia; propriedade

ABSTRACT

The reestablishment of diplomatic relations between Cuba and the United States was one of the most important events of the last few years in the American continent. After more than 50 years of hostility the world witnessed the most ambitious attempt to normalize the relations between the two countries. After two years of positive progress with a US led by Barack Obama, the arrival of Donald Trump to the presidency marks a return of a foreign policy based on confrontation and hostility.

At the same time as advances and setbacks occur between the two countries' relationship, Cuba undertook the greatest process of economic and social transformation on the island since the triumph of its revolution in 1959, mainly regarding property the organization of employment and the role of the State in society.

This research aims to systematize both the changes in the relationship of the two countries and the transformations occurred in Cuba in recent years. Hence it is intended to understand if there have been structural changes in the relations between the USA and Cuba and to perceive whether it can influence or not the transformations that the largest island of the Antilles has lived in the last few years or not.

Keywords: Cuba; USA; blockade; diplomacy; economy; property

ÍNDICE

ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I - REVOLUÇÃO E O NOVO PARADIGMA DAS RELAÇÕES CUBA-EUA	6
1.1 - Da colónia à neocolónia	6
1.2 - As condições para o triunfo revolucionário.....	7
1.3 - Da conquista do poder à quebra de relações com os EUA.....	11
1.4 - A consolidação do conflito.....	16
CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA RELATIVAMENTE A CUBA NO PERÍODO 2015/17	19
2.1 - Um novo contexto para a normalização das relações.....	19
2.1.1 – Barack Obama chega à presidência.....	19
2.1.2 - Contexto latino-americano para a mudança.....	21
2.1.3 - A evolução da comunidade cubano-americana.....	22
2.1.4 - Negociações secretas	24
2.2 - Os dois últimos anos de Barack Obama na Casa Branca	26
2.2.1 - O 17D e as primeiras medidas	26
2.2.2 - Cimeira das Américas do Panamá 2015 e o restabelecimento das relações diplomáticas	29
2.3.1 - As primeiras medidas.....	37
CAPÍTULO III – MUDANÇAS EM CUBA	43
3.1 – Congressos do PCC	44
3.1.1 - VI congresso do PCC, 2011.....	44
3.1.2 - VII congresso do PCC, 2016	46

3.2 – O sector privado, as cooperativas não agropecuárias e o investimento direto estrangeiro.....	49
3.2.1 - Negócios privados/ <i>cuentalpropismo</i>	49
3.2.2 - Cooperativas não agropecuárias	53
3.2.3 - Investimento direto estrangeiro.....	58
CONCLUSÕES.....	64
BIBLIOGRAFIA.....	68
FONTES.....	78
ENTREVISTAS	80
ANEXOS.....	81
CURRICULUM VITAE	84

ACRÓNIMOS E SIGLAS

17D - 17 de dezembro

CIA - Central Intelligence Agency

CNA - Cooperativas Não Agropecuárias

EUA - Estados Unidos da América

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

M-26-J - Movimento 26 de Julho

OEA - Organização dos Estados Americanos

PCC - Partido Comunista de Cuba

PPD-43 - Presidential Policy Directive 43

UBPC - Unidades Básicas de Produção Cooperativa

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - United States Agency for International Development

ZEDM - Zona Económica de Desenvolvimento de Mariel

INTRODUÇÃO

Cuba e a sua relação com os Estados Unidos da América (EUA) é, ainda nos dias que correm, um dos principais temas de debate em todo o continente americano. A geografia e a história ditaram que não fosse possível estudar Cuba sem também conhecer a natureza, e a evolução, da sua relação com os EUA desde o final do séc. XIX.

Os últimos anos têm sido marcados pelo reatar das relações diplomáticas entre os dois países e pelas transformações económicas e sociais que têm sido encetadas pelo governo cubano.

No campo das relações entre os dois países destaca-se, nos últimos anos, o processo de normalização iniciado com o anúncio dos presidentes Raúl Castro e Barack Obama no dia 17 de dezembro de 2014 (17D), data em que ambos declaram simultaneamente a intenção de restabelecer as relações diplomáticas dos dois países. Desde então e até ao final do segundo mandato de Barack Obama, foram vários os avanços no campo diplomático e económico.

Entre as principais medidas temos o restabelecimento das relações diplomáticas e consequente abertura de embaixadas nos respetivos países; a retirada de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo; a flexibilização das viagens de cidadãos dos EUA para Cuba; a autorização para que aviões comerciais e navios cruzeiros dos EUA possam chegar a Cuba; o fim de políticas migratórias dos EUA que incentivavam à deserção e emigração irregular de cubanos, como a política de “pés secos, pés molhados” e a *Cuban Medical Professional Parole*, entre outras medidas positivas que abrangeram outras áreas, que vão da economia ao comércio.

Contudo, com a chegada de Donald Trump à presidência em janeiro de 2017, este momento positivo foi interrompido e parcialmente revertido pelo novo presidente. Entre os pontos negativos, destaca-se o regresso do confronto nos palcos internacionais; o regresso das restrições das viagens de cidadãos dos EUA para Cuba; a aplicação de sanções financeiras a grupos económicos cubanos administrados pelas forças armadas; mais recentemente, e após alegados “ataques” por meios desconhecidos a diplomatas dos EUA em Cuba, as relações diplomáticas e consulares caíram para o nível mais baixo desde a reabertura das embaixadas.

À semelhança das relações dos dois países, também a realidade cubana tem vindo a conhecer transformações consideráveis. O ponto de partida destas mudanças dá-se em 2011, com o VI congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), e intensifica-se em 2016

após o VII congresso. Os documentos aprovados em ambos os congressos, nomeadamente os *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* do VI congresso, e a sua versão atualizada aprovada no VII congresso, contêm as linhas mestras e principais propostas para o que as autoridades cubanas chamam *actualización del modelo económico y social*. Entre as mudanças já encetadas destacam-se a liberalização da iniciativa e propriedade privada, a criação das cooperativas não agropecuárias (CNA) e a flexibilização do investimento direto estrangeiro (IDE) juntamente, com a criação da Zona Económica de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM), uma zona franca para investimentos.

O tema deste trabalho será o desenvolvimento da relação de Cuba com os EUA no período de 2015-2017, que abarca os dois últimos anos da administração de Barack Obama e o primeiro da de Donald Trump, e a evolução das mudanças ocorridas em Cuba desde o VI congresso do PCC em 2011. O seu principal objetivo é sistematizar o que mudou na relação dos dois países, as mudanças internas em Cuba e tentar perceber como o primeiro caso pode, ou não, influenciar o segundo.

A metodologia deste trabalho passou, essencialmente, pela revisão bibliográfica de autores cubanos e norte-americanos que se debruçam sobre o tema das relações dos dois países e da política interna cubana. Consulta de imprensa escrita, de revistas e periódicos, principalmente para analisar o primeiro ano da governação de Donald Trump, pois a proximidade temporal do período analisado ainda não permitiu muita produção académica sobre a sua administração. Também se recorreu a legislação e outros documentos institucionais dos dois países.

Para o caso dos EUA, a legislação consultada é, essencialmente, aquela que codifica o bloqueio¹ económico e outras sanções aplicadas a Cuba; no que a este último país diz respeito, a legislação consultada foca-se na que dá enquadramento legal às mudanças abordadas neste trabalho, e nos documentos aprovados em congresso do PCC que, embora não seja um órgão de Estado, é elemento central e estrutural de Cuba e organização dirigente da revolução. Por fim, as vivências e experiência acumulada ao longo de quatro meses de estadia em Cuba foram também fator central para compreender a dinâmica e consequências quer da mudança na relação dos dois países, quer das

¹ Neste trabalho usar-se-á o termo bloqueio para referir o vulgarmente conhecido “embargo”. A escolha deste termo em detrimento de outro deve-se ao facto da palavra embargo não ter em conta a extraterritorialidade das sanções aplicadas pelos EUA a Cuba. Isto porque as medidas dos EUA condicionam, também, a relação de Cuba com terceiros, sejam eles Estados, organismos internacionais ou empresas.

transformações que estão a ocorrer em Cuba. Esta oportunidade permitiu-me também realizar valiosas entrevistas a especialistas cubanos de diversas áreas, como a história, a economia e as relações internacionais.

Tendo em conta os conteúdos deste trabalho, o mesmo foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo tem o objetivo de contextualizar historicamente a relação de Cuba com os EUA, cujos laços remontam ao séc. XVIII. Será feita uma breve passagem pelos tempos coloniais; uma análise dos anos imediatamente anteriores ao triunfo da revolução (1959), de modo a conhecer as condições que permitiram o seu triunfo; um resumo dos primeiros anos da revolução (1959-62) até à instauração do bloqueio económico por parte de John F. Kennedy, sendo esta parte a mais importante para entender o conflito dos dois países. No segundo capítulo serão sistematizadas as principais medidas de Obama, na segunda metade do seu último mandato (2015-16), de modo a perceber o que mudou na relação dos dois países e com que possível objetivo se deu esse empreendimento. Também no segundo capítulo abordar-se-á o primeiro ano da presidência de Donald Trump (2017) com o propósito de conhecer as suas políticas e o porquê das mesmas, o que mudou face à presidência Obama e quais os objetivos desta. No terceiro e último capítulo, o objetivo é saber o que mudou em Cuba desde os VI congresso do PCC. O capítulo começa com uma análise dos documentos aprovados no VI e VII congresso do PCC, com destaque para os *lineamentos*, de modo a conhecer quais os seus principais objetivos para os anos seguintes. É nestes documentos que está contida a base programática das mudanças encetadas desde 2011. Para terminar, será feita uma análise dos três campos determinantes nas mudanças em Cuba: o crescimento dos negócios privados/*cuentrapropistas*², que desempenham um papel cada vez mais determinante na dinâmica económica do país e na criação de emprego; a expansão do modelo cooperativo, até então só existente na agropecuária, para a esfera dos serviços mediante a criação das CNA; um novo enquadramento legal para o IDE, onde pela primeira vez passa a ser contemplado capital 100% estrangeiro, e a criação da ZEDM, uma zona franca destinada a atrair investimento estrangeiro.

A escolha deste tema parte da convicção de que o estudo das mudanças que se vivem em Cuba no plano interno - e externo no que às relações deste país com os EUA diz respeito – são hoje um dos tópicos de maior interesse académico na região latino-

² Termo usado em Cuba para designar os trabalhadores que detêm negócios privados, pois trabalham por *cuenta propia*.

americana e caribenha. Tal deve-se ao facto de Cuba ser o único país da região onde triunfou uma revolução socialista e estar, nos dias de hoje, a implementar grandes mudanças ao modelo que rege a ilha há quase 60 anos. O tópico ganha maior relevância quando inserido num contexto de conflito com a maior potência política, económica e militar do mundo.

No campo pessoal sou motivado pelo amplo interesse do estudo da América Latina em geral, e de Cuba em particular, nomeadamente no papel que este país desempenha na região nas mais diversas áreas, que vão da saúde à política. Por fim, motiva-me também a admiração que tenho por este povo - com o qual pude partilhar experiências ao longo de quatro meses – e pela sua resistência estoica a toda a ofensiva política, económica, militar e mediática vinda do seu vizinho do Norte, desde o triunfo da sua revolução em 1959.

CAPÍTULO I - REVOLUÇÃO E O NOVO PARADIGMA DAS RELAÇÕES CUBA-EUA

O primeiro e presente capítulo traz consigo o objetivo de contextualizar a relação conflituosa que os países vivem há quase 60 anos. É na década de 50 do séc. XX que o avolumar de contradições políticas, económicas e sociais de décadas de dependência e subdesenvolvimento de Cuba criaram as condições objetivas e subjetivas para que a 1 de janeiro de 1959 triunfe a primeira insurreição armada anti-imperialista às portas dos EUA.

Este capítulo focar-se-á nos anos exatamente antes e depois da revolução, começando com um breve relato histórico do período colonial e os primeiros anos da neocolónia. O foco deste capítulo são os principais acontecimentos em Cuba durante os anos 50 do séc. XX que contribuíram determinantemente para a insurreição e vitória dos rebeldes liderados por Fidel Castro e o desenvolvimento da relação e acumular de contradições entre os dois países até ela culminar na implementação do bloqueio económico, financeiro e comercial em fevereiro de 1962.

1.1 - Da colónia à neocolónia

Ao mesmo tempo que se fundam os EUA nascem as pretensões anexionistas relativamente a Cuba pelo grande valor geográfico e económico que, a então colónia espanhola, representava. A sua posição no mar das Caraíbas representava uma vantagem geopolítica para o país que a possuísse. Por um lado, permitia a defesa do comércio proveniente do Golfo do México, por outro tinha na sua costa nortenha a corrente do golfo, fenómeno hidrológico que facilitava e propulsionava toda navegação que partisse em direção ao atlântico.³ Para o recém-criado país o comércio no rio Mississípi era uma peça importante na economia, rio este que desaguava nas costas do Golfo do México. À semelhança do Império Espanhol, que via em Cuba uma peça chave na defesa do comércio entre as Américas e a Europa, também os EUA passam a considerar Cuba um território de considerável importância na defesa dos seus interesses económicos e comerciais.⁴

³ Torres-Cuevas, Eduardo e Oscar Loyola Veja (2006), *Historia de Cuba 1492-1898 – Formación y Liberación de la Nación*, Havana, Editorial Pueblo e Educación, (3ª Edição) (Edição original, 2001), pág. 2

⁴ Colectivo de autores (2003), *El diferendo: Estados Unidos – Cuba*, Havana, Ediciones Verde Olivo, pág. 23

Assim sendo, a partir do primeiro quartel do séc. XIX os EUA começam a exercer uma política externa ativa relativamente a Cuba. Foram enviados diplomatas com o objetivo de favorecer os interesses económicos deste país pela via de investimentos e até uma proposta de compra ao Império Espanhol. Com a chegada do ano 1898 os EUA apoderam-se do território cubano após três anos de luta na terceira guerra pela independência (1895-1898). Este conflito opôs o povo cubano ao Império Espanhol seguido de um breve conflito que opôs os EUA às já praticamente derrotadas forças imperiais espanholas. A derrota espanhola ao fim de quase quatro meses de beligerância leva à assinatura do acordo de Paris em 1898, que formaliza a entrega de Cuba aos EUA.

Durante quatro anos os EUA mantêm-se como força ocupante. É no ano 1902 que Cuba ganha formalmente a sua independência, embora na prática fosse uma neocolónia. Tal fica patente na famosa emenda Platt, integrada na constituição cubana e que contemplava o direito de os EUA intervirem militarmente no país sempre que considerassem que os seus interesses no território estivessem a ser colocados em causa. Esta emenda manter-se-ia na constituição cubana até 1934. Contudo, nos planos económico e político, os interesses norte-americanos já estavam consolidados em Cuba pela influência dos seus monopólios na economia e pela subserviência das elites políticas locais, que aprovariam legislação que fortalecia o domínio económico dos EUA, como é o caso do tratado da reciprocidade comercial, de 1903.⁵

1.2 - As condições para o triunfo revolucionário

Nos princípios da década de 50 do século passado Cuba vivia numa situação de grande precariedade económica e social. Séculos de colonialismo espanhol e décadas de neocolonialismo exercidos pelos EUA colocaram Cuba na condição de país dependente e subdesenvolvido.

No que à economia diz respeito Cuba padecia da chaga que tantos outros países herdaram da sua condição de colónia de uma potência europeia: a mono produção. No caso de Cuba a economia estava essencialmente centrada na plantação e colheita de cana de açúcar, sendo o engenho açucareiro a peça central da economia cubana. Os EUA eram o recetor de uma grande parte da produção açucareira cubana, sendo que também a maior parte das importações de Cuba (onde se incluíam derivados da cana de açúcar cubana já

⁵ Le Riverand, Julio (1975), *La República*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, pág. 30 e 31

transformados pela indústria dos EUA) eram provenientes desse país. Os seguintes dados deixam em evidência a situação: Em 1958 as exportações de Cuba representavam 33% das receitas do orçamento. 66% dessas exportações tinham como destino os EUA, sendo que 80% das mesmas eram açúcar. No que diz respeito a importações, mais de 75% eram provenientes dos EUA. Tudo isto resultava, à altura, num saldo negativo da balança comercial com os EUA no valor de 952 100 000 pesos cubanos.⁶

Tendo Cuba uma população cuja taxa de ocupação centrava-se essencialmente no setor primário, a questão da propriedade da terra, ou seja, a contradição entre camponeses e latifundiários (nacionais ou estrangeiros), estava no centro dos principais problemas sociais do país, sendo no campo que encontramos os exemplos acabados: em 1958 a força de trabalho cubana era constituída por 2 204 000 pessoas, sendo que somente 1 439 000, ou seja, 65,2% delas estava empregado. Desta população 600 000 eram operários agrícolas, sendo que para muitos só havia trabalho três meses ao ano, nomeadamente para a colheita da cana de açúcar. Outros dados que nos podem dar uma maior noção da realidade no campo cubano antes da revolução são o facto de que apenas 2% comiam ovos, 4% comiam carne e 43% eram analfabetos.⁷

Apesar de ser no campo onde se registavam os principais problemas sociais em Cuba havia outros que transcendiam o campo e afetavam também parte da população urbana. Muitos destes problemas foram denunciados por Fidel Castro na sua defesa em tribunal, conhecida como “A história me absolverá”: “Há em Cuba duzentas mil palhotas, quatrocentas mil famílias, do campo e da cidade, amontoam-se em pardieiros, que não possuem as mínimas condições sanitárias. Dois milhões e duzentos mil pessoas da nossa população urbana pagam alugueres que absorvem entre 1/5 e 1/3 dos seus rendimentos. Enfim, dois milhões e oitocentos mil da nossa população rural e suburbana, estão privados de luz elétrica... O acesso aos hospitais do Estado, sempre cheios, só é possível perante a recomendação de um magnata político que exigirá, para isso, o apoio do seu voto eleitoral e o de toda a sua família...”. Resumindo, Fidel Castro identificava na terra, na industrialização, na construção, no desemprego, saúde e educação os seis grandes problemas da sociedade cubana à época.⁸

⁶ Fung, Thalia M. (1982), *En Torno a las Regularidades y Particularidades de la Revolución Socialista en Cuba*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 13

⁷ *Idem*, pág. 37

⁸ Castro, Fidel (1971), *A História me Absolverá*, Fundação, Prelo Editora, pág. 69 a 74

A situação económica e social plasmada anteriormente abriu espaço para que uma força progressista e populista – o Partido do Povo Cubano, também conhecido por Partido Ortodoxo – ganhasse uma ampla implantação popular. O seu líder era Eduardo Chíbas, um político e locutor de rádio famoso pela suas denúncias e críticas à corrupção generalizada no país. Foi através deste partido que o então jovem advogado Fidel Casto começa a sua participação na vida política de Cuba.⁹

Cuba tinha agendado para o 1 de junho de 1952 eleições gerais que viriam a definir o novo presidente da república. Havia três candidatos: Carlos Hevia, apoiado pela coligação governante; Roberto Agramonte, candidato do Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) que se viu privado do seu candidato natural, Eduardo Chíbas, que se suicidou no ano anterior; e Fulgência Batista, ex-presidente de Cuba no período de 1940-44 e uma das figuras proeminentes do país à época. Uma sondagem da época colocava as intenções de voto em 17%, 29% e 14% respetivamente. Perante o cenário de iminente derrota, Fulgêncio Batista dá um golpe militar que depõe um ainda presidente Carlos Prío e cancela as eleições agendadas para 1 de junho de 1952, adiando qualquer ato eleitoral por tempo indefinido.¹⁰

Na opinião da Prof. Doutora Délia Luisa López - presidente da cátedra de estudos “Ernesto Ché Guevara” da Universidade de Havana - o golpe de Estado foi o principal motivo para ter havido uma revolução em Cuba. Em primeiro lugar porque o triunfo do Partido do Povo Cubano e a aplicação do seu programa teriam absorvido o descontentamento da população nesse período; em segundo o fim da via legal para promover mudanças estruturais em Cuba e a repressão política que começou a ser vivida depois do golpe levou a que vários jovens cubanos, entre eles Fidel Castro, colocassem na insurreição armada o único caminho disponível para atender as reivindicações de amplos sectores da sociedade cubana.¹¹

Na madrugada do dia de 26 de julho de 1953 dá-se a derradeira tentativa de inverter a situação política em Cuba. Pouco mais de uma centena de jovens das mais diversas classes sociais - sendo uma considerável parte militante do Partido do Povo Cubano – liderados por Fidel Castro atacam o quartel Moncada em Santiago de Cuba e o

⁹ Entrevista realizada à professora Délia Luisa López

¹⁰ Civeira, Francisca López, Mario Mencía e Pedro Álvarez Tabío (2012), *Historia de Cuba 1899 – 1958: Estado Nacional, Dependencia e Revolución*, Havana, Editorial Pueblo e Educación, pág. 264

¹¹ Entrevista à professora Délia Luisa López

quartel Carlos Manuel de Céspedes em Bayamo. Do ponto de vista militar a ação foi um completo fracasso. Nenhum dos objetivos foi tomado e dezenas de participantes do ataque foram executados sumariamente depois de capturados. Contudo, o golpe teve outras implicações. Se já estavam reunidas as condições objetivas para haver uma revolução em Cuba (dependência dos EUA, subdesenvolvimento, desemprego, pobreza, etc.) com o assalto ao quartel Moncada são criadas as condições subjetivas, ou seja, a consciência na população de que é possível combater e vencer a ditadura. Isto fica patente no movimento nacional popular que aparece no seguimento das ações dos *moncadistas*. É este movimento que irá gerar uma onda de contestação que forçará o governo golpista a conceder uma amnistia em abril de 1955 a todos os participantes do assalto ao quartel Moncada. Uma vez libertados, e devido à perseguição política em Cuba, Fidel Castro e vários dos seus companheiros partem para o exílio no México, de onde partirá a expedição do iate *Granma*.¹²

No dia 2 de dezembro de 1956 Fidel e os seus companheiros organizados em Movimento 26 de Julho (M-26-J) - nome dado ao movimento guerrilheiro inspirado nos eventos do assalto ao quartel Moncada a 26 de julho de 1953- desembarcam nas costas do que é hoje a província de *Granma*. Daí partem para o topo da *Sierra Maestra* onde iniciam a luta armada contra o governo de Fulgêncio Batista. Os camponeses desta região serão uma das principais fontes de efetivos para o M-26-J, em grande medida por se identificarem com a luta dos guerrilheiros. Além de camponeses, o M-26-J era visto por muitos opositores do regime o meio mais eficaz para o combater a ditadura de Fulgêncio Batista. Nos dois anos seguintes a luta contra o governo será levada a cabo pela via armada na *Sierra Maestra* e política nas cidades, onde são organizadas greves gerais em agosto de 57 e abril de 58.¹³

Toda esta instabilidade política, e uma crise económica e social somada às medidas cada vez mais repressivas do governo de Fulgêncio Batista para por termo à oposição, levaram a que os EUA decretassem um embargo de armas ao regime. Contudo, os EUA continuaram a dar aconselhamento militar até ao derrube da ditadura. Isto viria a acontecer no dia 1 de janeiro de 1959 após a fuga de Fulgêncio Batista para a República Dominicana. Por essa altura a derrota estava garantida pelos recentes triunfos militares

¹² Le Riverand, Julio (1975), *La República*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, pág. 359 360

¹³ *Idem*, pág. 369 e 370

do agora chamado Exército Rebelde, como a tomada da cidade de Santa Clara e a iminente tomada de Santiago de Cuba.

1.3 - Da conquista do poder à quebra de relações com os EUA

Desde o primeiro dia de triunfo revolucionário os EUA tentam condicionar o rumo político da ilha. Logo após a fuga de Fulgêncio Batista os EUA iniciam manobras políticas através do seu embaixador Earl T-Smith para que um homem da sua confiança – neste caso o coronel Barquín, que à altura encontrava-se preso por conspiração contra a ditadura - tomasse as rédeas do país. O mesmo tenta entregar o cargo de primeiro-ministro a Fidel Castro para neutralizar o movimento revolucionário enquanto se nega a entregar a autoridade militar ao Exército Rebelde. Contudo, Fidel Castro ordena que se tome o quartel de Columbia (Havana), onde se situava Estado Maior das Forças Armadas. De seguida é convocada uma greve geral que paralisa o país. Durante este período o povo toma as ruas das cidades, ocupa quarteis e prende agentes da ditadura. No dia 4 de janeiro a greve termina vitoriosa impedindo que o golpe de Estado em preparação se consumasse. Nas ruas o povo grita “revolução sim, golpe de Estado não!”.¹⁴

Fidel Castro entra em Havana com os restantes revolucionários no dia 8 de janeiro após uma viagem que cruzou a ilha de uma ponta à outra e ficou conhecida como “Caravana da Liberdade”. À data já se encontrava um novo governo formado com Manuel Urrutia no cargo de presidente da república e José Miró Cardona no cargo de primeiro-ministro. Este governo foi prontamente reconhecido pelos EUA e por muitos outros países no hemisfério ocidental. Uma das primeiras medidas do novo governo é a aplicação da constituição 1940 com algumas alterações - tinha sido suspensa pelo golpe de Estado de Fulgêncio Batista em 1952. Por causa da lentidão com que são aplicadas as medidas do programa revolucionário, este novo governo terá pouca duração. No dia 13 de fevereiro o primeiro ministro José Miró Cardona e o resto do governo demite-se em bloco. Fidel Castro assume a chefatura do governo e imprime um novo impulso à revolução.¹⁵

A partir daqui a marcha imparável da revolução irá começar a mexer estruturalmente no país. Inevitavelmente essa transformação estrutural será a causa para

¹⁴ Cantón, José C. e Arnaldo Silva (2015), *Historia de Cuba 1959 – 1999: Liberación Nacional y Socialismo*, Havana, Editorial Pueblo y Educación, pág. 2

¹⁵ *Idem*, pág. 5

conflitos internos e externos, nomeadamente com os EUA que tinha através dos seus empresários vários interesses económicos instalados em Cuba.

O novo governo começa inicialmente por sanear o aparato estatal. O congresso é suspenso, os governadores provinciais, os presidentes municipais, tal como o presidente do Banco Nacional de Cuba e do Banco de Fomento Agrícola são substituídos por combatentes da revolução e outros aliados políticos. Os políticos do antigo regime tornam-se inelegíveis por um período de 30 para qualquer cargo político e começam os tribunais revolucionários para julgar os torturadores, assassinos, delatores e culpados por outros crimes a mando da ditadura. Além disto, a lei nº 13/1959 cria as bases para a reorganização das forças armadas. O Exército Rebelde assume as funções constitucionais de defesa da pátria e ao mesmo tempo são suprimidos organismos e instituições determinantes da repressão do povo cubano durante a ditadura. São eles: Polícia Nacional, Polícia Secreta, Serviços Secretos do Palácio Presidencial, Serviço de Inteligência Militar e o Bureau de Repressão da Atividades Comunistas. Ainda antes disto Fidel Castro já tinha anunciado o cancelamento de um acordo assinado com os EUA por governos anteriores que determinava a presença de uma missão militar deste país em Cuba com o fim de assessorar as forças armadas.¹⁶

A nível económico o novo governo revolucionário começa pela nacionalização da então chamada *Cuban Telephone Company*, a principal empresa dedicada às comunicações em Cuba e um dos principais monopólios dos EUA na ilha, pois era uma subsidiária da gigante empresa norte-americana *International Telephone and Telegraph Corporation*. Além disto, o governo força a baixa dos preços das comunicações. Outras medidas que no imediato visavam desafogar as famílias cubanas foi a redução dos preços dos medicamentos e a nova lei de reforma urbana, que contemplou a redução de 30% a 50% das rendas à habitação.¹⁷

Entre 15 e 26 de abril o primeiro-ministro Fidel Castro realiza a sua primeira viagem aos EUA numa visita não oficial a convite da Associação de Editores de Jornais. Durante a viagem o mesmo afirma que Cuba e os EUA só poderão ter boas relações se as mesmas forem baseadas na igualdade. Em declarações ao comité do Senado para as relações externas declara que o atual comércio de açúcar de Cuba com os EUA é desvantajoso para a ilha. É nesta ocasião que realiza o primeiro encontro de alto nível

¹⁶ *Idem*, pág. 7, 8 e 9

¹⁷ Buch, Luis M. e Reinaldo Suárez (2004), *Gobierno Revolucionario Cubano: Primeros Pasos*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 89 e 90

com um membro do governo dos EUA, o então vice-presidente Richard Nixon. O presidente em funções dos EUA, Dwight D. Eisenhower, na altura já preocupado com uma eventual presença ou namoro do novo governo cubano com o comunismo, faz os possíveis para não ter que se reunir com Fidel Castro e deixa para o seu subordinado o papel de assegurar que o percurso da revolução não fosse tropeçar nos interesses dos EUA. Terminada a reunião Richard Nixon conclui que muito provavelmente Fidel Castro já se encontrava sobre influência comunista.¹⁸

Contudo, é no dia 17 de maio que é aprovada a lei que mais negativamente vai influenciar na relação dos dois países daqui em diante: a primeira lei de reforma agrária. Esta nova lei criava limites a propriedade privada da terra e ditava a expropriação de toda a terra que fossem além desses limites. A nova lei limitava a 404 hectares a quantidade de terra que um indivíduo ou empresa podiam possuir e a 1348 hectares de limite caso a terra fosse utilizada para a produção de cana de açúcar e arroz ou atividade pecuária. Toda a restante é expropriada pelo governo e distribuída pelos camponeses sem terra ou cooperativas estatais. Até então, 75% da terra arável em Cuba era detida por estrangeiros. A lei entra em vigor no dia 3 de junho e a 11 de junho o governo dos EUA faz saber a sua insatisfação com as compensações propostas, feitas através da entrega de obrigações de dívida cubana pagas a uma taxa de juro de 4,5% anuais ao longo de 20 anos. As cinco maiores companhias dos EUA no ramo da cana de açúcar são as mais prejudicadas pois até à aplicação da lei detinham 1,34 milhões de hectares de terra. Nos anos seguintes Cuba negocia com sucesso compensações com proprietários e os governos do Reino Unido, Canadá, França, Itália, México e Espanha. Apenas com os EUA a situação ficou por resolver até aos dias de hoje, sendo que passou a ser uma das principais exigências do país para normalizar as relações.¹⁹

No dia 16 de julho do mesmo ano Fidel Castro demite-se por não se encontrar de acordo com o então presidente Manuel Urrutia, uma figura politicamente moderada e que receia os avanços revolucionários. No dia seguinte, depois de Fidel denunciar publicamente que o presidente queria travar a revolução, o mesmo vê-se obrigado a resignar por pressão popular e Fidel assume novamente o cargo de primeiro-ministro. Apenas um mês mais tarde o governo revolucionário ordena uma redução de 30% no

¹⁸ *Sem autor* (2009), “Castro Visits the USA” (Online), consultado em 11.06.2018. Disponível em: <https://www.history.com/this-day-in-history/castro-visits-the-united-states>

¹⁹ Franklin, Jane (1997), *Cuba and the United States: A Chronological History*, Nova Iorque, Ocean Press, pág. 21

preço da eletricidade. A *Cuban Electric Company* era mais um dos monopólios detido por empresas dos EUA, neste caso pela *American Foreign Power Company*.²⁰

A iniciar 1960 o governo cubano volta a nacionalizar mais terra de empresas açucareiras dos EUA. Nesta ocasião foram nacionalizados 28 mil hectares de terra e floresta, metade dos quais pertencentes à *United Fruit Company*. Uma medida semelhante levou a que em 1954 o presidente guatemalteco Jacob Arbenz fosse derrubado por um golpe de estado apoiado por esta empresa. Aquando a aplicação desta medida por parte do governo cubano o diretor da *Central Intelligence Agency* (CIA) era Allen Dulles, antigo presidente da *United Fruit* e irmão de John Dulles, secretário de estado dos EUA até há bem pouco tempo (tinha deixado o cargo a Abril do ano anterior) e acionista/conselheiro da empresa.²¹ Esta tomada de posição do governo cubano foi uma resposta às cada vez mais frequentes incursões de aviões provenientes dos EUA no final de 1959, muitos com o propósito de, por exemplo, sabotar com bombas campos e centrais açucareiras, tal como a central Niágara em Pinar del Río (11 de Outubro), central Punta Alegre (19 de Outubro) e Violeta (21 de Outubro) em Camaguey. Entre outros tantos ataques, um dos mais notórios foi o levado a cabo pelo antigo chefe da força aérea revolucionária cubana Miguel Diaz Lanz, que no dia 21 de outubro descolou num avião a partir de Miami para largar panfletos anti governo e bombas na cidade de Havana, deixando um saldo de dois mortos.^{22 23}

Ainda em novembro de 59 o presidente Eisenhower pressiona o Reino Unido a cancelar uma encomenda de aviões feita por Cuba de modo a impedir que a revolução desenvolva ainda mais as suas capacidades militares, algo que enfurece o governo cubano. A 4 de Março de 1960 dá-se a explosão do navio francês *La Coubre* que transportava armas provenientes da Bélgica, um dos países que se tinha negado a acatar a orientação dos EUA de não fornecer armas a Cuba. Esta escalada de tensão levou a que neste mesmo mês o presidente desse ordens ao diretor da CIA Allan Dulles para iniciar a preparação de uma força armada composta por cubanos exilados com o objetivo de invadir Cuba e derrubar a Revolução.²⁴

²⁰ *Idem*, pág. 22

²¹ Entrevista ao professor Hassan Pérez Casabona

²² *Idem*, pág. 24

²³ Reyes, José Casañas e Felipa Suárez (1992), *EE UU vs. Cuba – Mas de Dos Siglos de Agresiones*, Havana, Editorial Verde Olivo, pág. 17

²⁴ *Idem*, pág. 18

O evento que iria precipitar as relações dos dois países para o seu fim data a 17 de Fevereiro de 1960, dia em que Cuba e a União das República Socialistas Soviéticas (URSS) assinam o seu primeiro grande acordo comercial, onde consta a venda de petróleo a Cuba a preços favoráveis, tais como outros produtos como derivados de petróleo, cereais e maquinaria a troco de açúcar.²⁵ A resposta dos EUA não se fez esperar. Quando o primeiro carregamento de petróleo chega da URSS a 7 de junho as refinarias da *Shell* (Reino Unido), *Esses* e *Texaco* (EUA) recusam-se a refinar o petróleo por orientação do governo dos EUA. A resposta do governo cubano foi a nacionalização destas refinarias. No dia 29 de junho a *Texaco* é nacionalizada e no dia 1 de julho seguem-se a *Shell* e *Esses*. Poucos dias depois segue-se a nacionalização de negócios e toda a propriedade comercial norte-americana na ilha. Perante este cenário o governo dos EUA cancela 95% quota de açúcar cubano, que era o restante para o ano de 1960 e numa quantidade de 700 mil toneladas.²⁶ Poucos dias mais tarde Cuba chega a um acordo com a URSS para comprar a quota de açúcar que os EUA deixaram de assumir.

Cuba acaba por nacionalizar toda a propriedade industrial e agrária dos EUA no dia 6 de agosto. Seguem-se todos os bancos desse país a atuar em Cuba no dia 17 de setembro. A 14 de Outubro a lei de reforma urbana entra em vigor. Ela dita o fim de toda a propriedade imobiliária com fins lucrativos. São nacionalizadas as últimas grandes empresas industriais, comerciais e de transportes, onde se incluem 20 dos EUA. É de notar que todas estas medidas são aprovadas num contexto interno onde a sabotagem e a incursão de grupos armados provenientes de Miami são já uma rotina no dia-a-dia de Cuba. Como forma de retaliação os EUA declaram um embargo parcial a Cuba, proibindo todas as exportações para a ilha à exceção de comida e produtos farmacêuticos.²⁷ Com esta medida inaugurava-se, embora ainda parcialmente, o principal tema de discórdia entre os dois países até aos dias de hoje: o bloqueio económico a Cuba. A última resposta de Cuba antes da quebra total de relações dá-se com a aplicação da resolução número 3

²⁵ Lara, José Bell, Delia Luisa López e Tania Caram León (2007), *Documentos de la Revolución Cubana 1960*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 155 a 158

²⁶ Reyes, José Casañas e Felipa Suárez (1992), *EE UU vs. Cuba – Mas de Dos Siglos de Agresiones*, Havana, Editorial Verde Olivo, pág. 20

²⁷ LeoGrande, William M. e Peter Kornbluh (2016), *Diplomacia Encubierta com Cuba – Historia de las Negociaciones Secretas entre Washington y La Habana*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 37

de 24 de outubro de 1960, medida que decreta a nacionalização de todas as empresas mercantis e industriais dos EUA ainda presentes no território cubano.²⁸

No dia 3 de janeiro de 1961, pouco antes de concluir o seu mandato, o presidente Eisenhower anuncia o fim das relações diplomáticas entre os dois países e consequentemente o encerramento das respetivas embaixadas e consulados. Segundo o investigador do Centro de Estudos Hemisféricos e sobre os Estados Unidos (CEHSEU) da Universidade de Havana, Professor Doutor Hassan Pérez, antes dos EUA decretarem o fim das relações diplomáticas Cuba tinha exigido a redução do número de funcionários da embaixada dos EUA para 11, o mesmo número que Cuba tinha na sua embaixada em Washington. Tal ficou a dever-se ao facto de que Cuba considerava que mais de 90% dos funcionários da embaixada dos EUA tinham tarefas de espionagem e subversão.²⁹

1.4 - A consolidação do conflito

No dia 20 de janeiro de 1961 John F. Kennedy assume a presidência dos EUA. À semelhança do seu antecessor também ele considerava que existia um perigo comunista em Cuba e que tal ideologia não seria tolerada no hemisfério ocidental. No mesmo dia em que toma posse como presidente Kennedy é informado pelo diretor da CIA Allan Dulles do plano em marcha para invadir Cuba com uma força de exilados cubanos treinados e financiados pela CIA.³⁰

Até se consumar a invasão Cuba foi vítima de inúmeros atentados e sabotagens. No dia 11 de março de 1961 uma considerável parte de Havana fica às escuras fruto de uma sabotagem à rede elétrica; a 13 de março uma refinaria em Santiago de Cuba é atacada por um barco; no dia 15 de abril são bombardeados vários objetivos militares por aviões fornecidos pela CIA a mercenários. Os aviões são pintados com as insígnias da força aérea cubana de modo a que pareçam aviões cubanos pilotados por cubanos. É durante o funeral dos sete cubanos mortos durante estes bombardeios que Fidel Castro declara o carácter socialista da revolução cubana, no dia 16 de abril. Na manhã seguinte uma força de 1200 exilados cubanos tenta tomar a *Playa Giron* - situada na Baía dos

²⁸ Lara, José Bell, Delia Luisa López e Tania Caram León (2007), *Documentos de la Revolución Cubana 1960*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 131, 132 e 133

²⁹ Entrevista ao professor Hassan Pérez Casabona

³⁰ LeoGrande, William M. e Peter Kornbluh (2016), *Diplomacia Encubierta com Cuba – Historia de las Negociaciones Secretas entre Washington y La Habana*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 45

Porcos – para poder declarar um governo provisório. Contudo, a derrota destas forças é contundente e acontece menos de 72 horas após o início da invasão. Os EUA tiveram uma participação ativa na invasão, tendo escoltado a força até perto das costas de Cuba e proporcionado apoio aéreo. Um piloto norte-americano foi morto quando o avião que pilotava foi derrubado por fogo cubano. Pouco depois do fracasso da ofensiva o presidente Kennedy vem reconhecer publicamente a responsabilidade pelo fracasso da ação.^{31 32}

Apesar do fracasso a administração Kennedy não deixa de tentar encontrar outros meios para derrubar o governo revolucionário. Estava em gestação um programa subversivo que contemplava medidas económicas, políticas e militares com o objetivo declarado de derrubar o governo cubano. A 4 de setembro de 1961 é aprovada a *Foreign Assistance Act* com o objetivo de prevenir qualquer tipo de assistência ao governo cubano por parte de outro Estado. Além disso, seria esta medida que daria poder ao presidente de decretar um bloqueio económico contra outro país, juntamente com a já aplicada lei de comércio com o inimigo.³³

A 3 de Novembro Kennedy dá ordens para que se inicie a Operação Mangosta. Este programa contava com inúmeras tarefas que abarcavam vários campos, sendo que todas deveriam contribuir para o objetivo da eventual queda de Fidel Castro e o fim da revolução. Treze destas medidas eram de índole económica, seis eram políticas, quatro de inteligência, quatro psicológicas/propagandísticas e cinco de tipo militar. Entre estas tarefas havia a de dificultar o comércio naval de Cuba, medidas que reforçassem a proibição de exportações dos EUA para Cuba através de países terceiros, criar constrangimentos a exportação do níquel cubano e finalmente a CIA tinha a tarefa de apresentar até 15 de fevereiro um programa operativo para ações de sabotagem em Cuba. Durante o ano e dois meses em que a operação decorreu foram efetuadas 5780 ações de terrorismo, sendo 716 sabotagens a objetivos económicos.³⁴

No dia 3 de fevereiro de 1962 o presidente Kennedy passa a ordem executiva presidencial 3447, resolução federal nº 1085, debaixo da autoridade que lhe foi investida

³¹ Reyes, José Casañas e Felipa Suárez (1992), *EE UU vs. Cuba – Mas de Dos Siglos de Agresiones*, Havana, Editorial Verde Olivo, pág. 26

³² Lara, José Bell, Delia Luisa López e Tania Caram León (2008), *Documentos de la Revolución Cubana 1961*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 66

³³ Diéguez, Andrés Zaldívar (2003), *Bloqueo – El Asedio Económico Más Prolongado de la Historia*, Havana, Editorial Capitán San Luís, pág. 66

³⁴ *Idem*, pág. 67 a 70

pela *Foreign Assistance Act*. Esta medida vem estabelecer o bloqueio económico, comercial e financeiro a Cuba. Entre algumas das medidas temos o acréscimo às proibições as importações provenientes dos EUA (as exportações para Cuba já tinham sido proibidas por Eisenhower)³⁵.

Com o passar dos anos o bloqueio económico vai conhecer atualizações que o aliviam ou endurecem. Contudo em 1996 o bloqueio seria codificado como lei através do *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act*, mais conhecido como lei *Helms-Burton*. Esta lei tira o poder de terminar com bloqueio ao presidente dos EUA, passando essa autoridade para o congresso. Esta amalgama de leis e diretivas presidências é hoje um dos principais obstáculos à evolução favorável da relação dos dois países e uma tremenda arma nas mãos daqueles que não querem ver evoluções positivas nesse campo.

³⁵ *Idem*, pág. 72 e 73

CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA RELATIVAMENTE A CUBA NO PERÍODO 2015/17

O presente capítulo tem o objetivo de expor o contexto em que as mudanças na política externa dos EUA para com Cuba aconteceram. Para tal foram analisados os dois últimos anos do segundo mandato de Barack Obama - anos em que se deram os maiores avanços nas relações dos dois países desde o triunfo da revolução, em 1959 - e o primeiro ano do atual mandatário Donald Trump, caracterizado até agora pelo regresso de uma retórica e política externa hostil para com Cuba.

2.1 - Um novo contexto para a normalização das relações

2.1.1 – Barack Obama chega à presidência

As eleições para a presidência dos EUA em 2008 geraram imensas expectativas no que a relação dos EUA com Cuba diz respeito. Tal deve-se a existência da candidatura de Barack Obama. Pelo facto de ser negro e por prometer mudanças de fundo nos EUA num contexto da grave crise financeira vivida então no país, amplos setores da sociedade norte-americana mobilizaram-se em torno da candidatura do homem que viria a ser o primeiro negro eleito para a presidência dos EUA. No campo das relações com Cuba Obama também prometeu mudanças. Logo em 2007, quando ainda não tinha vencido as primárias do partido democrata, Obama declara na *Pequeña Habana* de Miami (bastião do conservadorismo e oposição cubana ao governo revolucionário de Cuba) a intenção de acabar com limite de viagens de cubano-americanos à ilha tal como os limites de remessas que estes podiam enviar aos seus familiares, algo que contrastava com o discurso dos seus principais adversários: Hillary Clinton, com que disputou as primárias do Partido Democrata, e com John McCain, o candidato do Partido Republicano à presidência.³⁶

Obama acabaria por vencer as eleições e tomar posse como presidente dos EUA a 20 de janeiro de 2009. A sua estratégia de apelar ao voto dos cubanos moderados na Flórida revelou-se uma aposta ganha. Obama recolheu 35% dos votos dos cubano-americanos, algo que contrasta com os 25% alcançados pelo candidato democrata John

³⁶ Schor, Elana, “US elections 2008: Obama urges thaw in US-Cuba relations” (Online), consultado em 30.08.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/may/23/barackobama.uselections20081>

Kerry nas eleições de 2004.³⁷ A vitória de Barack Obama nas eleições e o resultado alcançado na Flórida entre a população cubano-americana veio colocar termo à crença de que só com uma postura dura relativamente a Cuba é que um candidato presidencial poderia aspirar a um bom resultado neste estado.

No seu primeiro ano de mandato Obama cumpriu as promessas de campanha relaxando ou eliminando algumas das restrições aplicadas pelo anterior mandatário George W. Bush. Entre elas temos: eliminação das restrições a viagens familiares a Cuba até ao terceiro grau de parentesco para todos os cubanos residentes nos EUA; eliminação do envio de remessas por parte de cubano-americanos para os seus familiares em Cuba também até ao terceiro grau de parentesco, excluindo membros do governo cubano ou militantes do PCC; aumento da gama de artigos que podem ser enviados como presentes para Cuba; emissão de licenças para que empresas norte-americanas possam aumentar as suas operações no ramo de telecomunicações em Cuba.³⁸

Contudo, ao fim de um ano de mandato pouco mais se avançou na tentativa de evolução positiva da relação dos dois países. Entre os vários motivos para tal, há que destacar a prisão em Cuba do funcionário da *United States Agency for International Development* (USAID) Alan Gross em dezembro de 2009, acusado de subversão pelo governo cubano.³⁹

O anúncio público em simultâneo por parte do presidente Raúl Castro e do presidente Barack Obama, a 17 de dezembro de 2014, em que declararam o objetivo de normalizar as relações entre os dois países surge num contexto muito concreto, que pressionava a administração dos EUA a rever a sua política relativamente a Cuba. Dos vários fatores que potenciaram esta dinâmica de relaxamento temos a nova conjuntura política na América Latina - onde uma considerável parte dos governos dos países da região são de esquerda progressista e possuem uma postura de solidariedade e amizade para com o governo cubano – e uma mudança na forma como a comunidade cubano-americana encara a relação que os EUA devem ter com Cuba, tendo nos últimos anos

³⁷ LeoGrande, William M. e Peter Kornbluh (2016), *Diplomacia Encubierta com Cuba – Historia de las Negociaciones Secretas entre Washington y La Habana*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 35

³⁸ Informe de Cuba sobre la resolución 63/7 de la Asamblea General de las Naciones Unidas – 2009: Necesidad de poner fin al bloqueo económico, financiero e comercial impuesto por los EE.UU. contra Cuba, pág. 29

³⁹ *Sem autor* (2014), “Alan Gross: US worker released from Cuba prison” (Online), consultado em 03.09.2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-30519787>

evoluído no sentido de substituir o histórico radicalismo conservador de confrontação por uma postura moderada onde prevalecem os métodos enquadrados no *soft power*.

2.1.2 - Contexto latino-americano para a mudança

A primeira década do novo milénio veio inaugurar um novo panorama político na América Latina. Pela primeira vez na sua história a esquerda ganha um amplo terreno na região após sucessivas vitórias eleitorais. Esta vaga inicia-se com a chegada de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1999. Entre outras vitórias eleitorais da esquerda da região há ainda que destacar a subida à presidência de Nestor Kirchner na Argentina e Lula da Silva no Brasil em 2003, Evo Morales na Bolívia em 2006 e Daniel Ortega da Nicarágua e Rafael Correa do Equador em 2007.⁴⁰

Quando chega à presidência Obama tem em mãos o pior momento das relações dos EUA com seus vizinhos latino-americanos. Este mau momento reflete-se no processo de integração regional levado a cabo por estes governos progressistas, que cada vez mais prescindem da participação dos EUA à medida que vão aumentando os vínculos com outras economias emergentes, como é o caso da China e da Rússia. Para além disto, a década passada viu nascer inúmeros organismos de integração regional que pela primeira vez excluía da sua fórmula os EUA e o Canadá, a saber: União das Nações Sul-Americanas, a Comunidade dos Estados Latino-Americano e do Caribe e, em menor escala, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América. Até certo ponto estas organizações serviram para contrariar o papel até então desempenhado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), estrutura que serviu de espinha dorsal da política dos EUA para o continente desde os anos 50. Embora não visassem substituir a OEA, estas novas organizações assumiram alguns papéis que tradicionalmente lhe pertenciam, como o diálogo político e a cooperação regional.⁴¹

Esta mudança de alinhamento de uma considerável parte dos Estados latino-americanos materializou-se também no isolamento político dos EUA no que a algumas tomadas de decisão diz respeito. O primeiro caso aconteceu em 2005, quando se dá a última tentativa de aprovação da Área de Livre Comércio das Américas no *Mar del Plata*,

⁴⁰ Suárez, Claudia Marín, “Latin American and Caribbean Regional integration in the Context of Re-Establishing U.S.-Cuba Diplomatic Relations” em Margaret E. Crahan e Soraya M. Castro Mariño (2016) (orgs.), *Cuba-US Relations: Normalizations and its Challenges*, Nova Iorque, Institute of Latin American Studies, pág. 173

⁴¹ *Idem*, pág. 174

um projeto de integração continental promovido pelos EUA que previa a redução e/ou eliminação de uma considerável parte das barreiras existentes ao comércio livre, sendo Cuba o único excluído. A proposta viria a ser rejeitada por uma grande parte dos governos de esquerda latino-americanos, que consideravam que o acordo apenas iria beneficiar os EUA, nomeadamente em campos como a agricultura em detrimento dos restantes países. Esta ampla rejeição tornou o acordo inviável e conseqüentemente levou a que o mesmo não fosse aprovado.⁴²

Na Assembleia Geral da OEA de 2009 é dado mais um golpe à política de exclusão de Cuba por parte dos EUA. Nesta ocasião foi votada de maneira unânime a revogação da resolução de 1962 que excluiu Cuba desta organização. Apesar de os EUA terem acompanhado o voto dos restantes países, tal deve-se à necessidade que o país tinha na altura de não antagonizar ainda mais os seus parceiros regionais. A tentativa de inclusão de Cuba nos mecanismos regionais por parte dos governos progressistas da região continuará na Cimeira das Américas de 2009 realizada em Trinidad e Tobago e na de 2012 realizada em Cartagena, Colômbia. Em ambas as ocasiões os EUA foram pressionados a não excluir Cuba deste fórum regional. Na cimeira de 2012 vários governos chegaram inclusive a declarar que iriam boicotar a cimeira de 2015 no Panamá caso Cuba não fosse convidada a participar nos trabalhos. Este cenário deixa em claro que naquele momento a melhoria das relações dos EUA com os países da região estava dependente da evolução favorável da sua relação com Cuba.⁴³

2.1.3 - A evolução da comunidade cubano-americana

Outro fator que nesta dissertação é identificado como determinante para a mudança de política dos EUA relativamente a Cuba é a evolução da comunidade cubano-americana na Flórida. A primeira vaga de emigração de cubanos para os EUA no período pós-revolucionário é qualitativamente diferente das que se dão no período de 1979 em diante, com principal destaque para a o Êxodo de Mariel (1980) e a *Crise dos Balseros* (1994). No primeiro caso temos uma emigração essencialmente de cariz político, constituída pelas classes lesadas pelo triunfo revolucionário, entre elas a burguesia e a classe média-alta. As ondas de emigração posteriores dão-se essencialmente por motivos

⁴² Charnock, Greig (*Sem data*), “Free Trade Area of the Americas” (Online), consultado em 05.09.2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Free-Trade-Area-of-the-Americas>

⁴³ *Idem*, pág. 177

económicos. Ao contrário dos emigrantes cubanos dos anos 60 e 70, os mais recentes mantêm fortes laços emocionais e familiares com Cuba. Além disto, atualmente 90% dos cubanos com cidadania dos EUA chegaram a Cuba antes de 1979, enquanto os que chegaram depois ficam-se pelos 18%. Isto faz com que a primeira geração de emigrantes cubanos, a mais politizada contra o governo revolucionário, continue a ter muito mais preponderância nos processos eleitorais do que os que chegaram mais recentemente. Contudo, isto é algo que, fruto de fatores demográficos, acabará por inevitavelmente tomar outro rumo.⁴⁴

Outro grupo da comunidade cubano-americana que cada vez mais se encontra distante da política de hostilidade seguida pelos EUA até à administração Obama são os cubano-americanos já nascidos no país. Apesar da relação que os membros deste grupo têm com Cuba ser heterogénea, existe claramente um cada vez maior distanciamento destes face à política conservadora seguida pelos exilados históricos de Cuba. Por exemplo, a evolução da orientação do voto cubano-americano demonstra precisamente isto: nas eleições presidenciais de 2004 George W. Bush recolheu 78% dos votos enquanto nas eleições seguintes John McCain não chegou aos 64%. Em 2008 Obama recolhia a preferência de 38% do eleitorado cubano-americano, já em 2012 esse valor sobe para quase 50%. Ao mesmo tempo cada vez mais cubano-americanos integram grupos moderados, liberais e de esquerda que historicamente sempre apelaram ao diálogo com Cuba. Enquanto os exilados históricos sustentaram a sua posição política no objetivo de “recuperar o que perderam” em Cuba, a segunda geração de cubano-americanos e os que emigraram mais recentemente desejam uma relação estável entre os dois países para que as visitas familiares e envio de remessas possam acontecer sem percalços, sendo que muitos também vêm na abertura à iniciativa privada em Cuba uma oportunidade de investimentos. Esta evolução também tem influenciado a perceção que a comunidade cubano-americana tem relativamente ao bloqueio económico, considerando cada vez mais este mecanismo caduco e ineficaz.^{45 46}

⁴⁴ *Idem*, pág. 264 e 265

⁴⁵ *Idem*, pág. 266 e 267

⁴⁶ Vasilogambros, Matt (2016), “Changing their minds on Cuba” (Online), consultado a 05.09.2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2016/03/changing-their-minds-on-cuba/474612/>

Sendo a Flórida um *swing state*⁴⁷ e o terceiro a eleger mais delegados (a par do estado de Nova Iorque, e só atrás da Califórnia e Texas) nas eleições presidenciais, a orientação do voto cubano-americano (quase dois milhões de eleitores) é desde há muito determinante para a eleição ou reeleição dos candidatos à presidência. Isto levou a que historicamente os candidatos à presidência não abandonassem a linha dura relativamente a Cuba com o receio de comprometerem o voto cubano-americano na Flórida e possivelmente a eleição ou reeleição.⁴⁸

2.1.4 - Negociações secretas

A partir do momento em que Barack Obama foi reeleito presidente dos EUA foi dada autorização para que se iniciassem conversações secretas com o governo cubano. O recém reeleito presidente declarou de imediato aos seus funcionários que a política relativamente a Cuba seria uma prioridade do seu segundo mandato. As negociações que viriam a culminar nas declarações de 17 de dezembro de 2014 iniciaram-se 18 meses antes, em junho de 2013. A equipa escolhida pela administração Obama seria composta pelo assessor adjunto de segurança nacional Benjamin Rhodes e pelo diretor de assuntos do hemisfério ocidental do Conselho de Segurança Nacional Ricardo Zuniga. Ao longo desses 18 meses estes dois homens reuniram-se com um pequeno grupo de funcionários cubanos (cujo líder da equipa era Alejandro Castro Espín, filho de Raúl Castro) em nove encontros confidenciais, realizados em Otava, Toronto, Roma e uma quarta cidade não identificada.⁴⁹

Para além do contexto regional e interno descrito no ponto anterior desta dissertação, é impossível ignorar o facto de que o avanço registado na relação dos dois

⁴⁷ Termo aplicado aos estados que não constituem um bastião eleitoral quer do Partido Democrata, quer do Partido Republicano, sendo possível que qualquer um deles triunfe neste cenário.

⁴⁸ Exemplo paradigmático disto foi a derrota de Al Gore contra George W. Bush nas eleições presidenciais de 2000. Apesar de Al Gore ter ultrapassado George W. Bush em número de votos, o mesmo saiu derrotado por ter não ter conseguido vencer na Flórida e consequentemente não ter alcançado o número de delegados suficientes para triunfar. A derrota de Al Gore neste estado ficou em grande medida a dever-se ao facto de no ano anterior Bill Clinton ter devolvido uma criança encontrada à deriva no estreito da Flórida ao seu pai residente em Cuba. O rapaz - de nome Elián González - foi o único sobrevivente do afundamento de uma jangada onde também ia a sua mãe. A guarda costeira dos EUA resgatou-o e posteriormente o mesmo foi entregue a familiares maternos residentes em Miami. Após uma longa batalha legal a criança é devolvida ao seu pai perante a ira de uma grande parte da comunidade cubano-americana.

⁴⁹ LeoGrande, William M. e Peter Kornbluh (2016), *Diplomacia Encubierta con Cuba – Historia de las Negociaciones Secretas entre Washington y La Habana*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 410

países deveu-se em grande medida ao facto de, pela primeira desde Jimmy Carter, haver um presidente dos EUA com uma real vontade e iniciativa de inverter o rumo até então seguido. Obama contactou o então senador John Kerry com o objetivo de que ele substituísse Hillary Clinton no lugar de Secretário Estado. John Kerry era há muito um crítico dos programas de promoção da democracia da USAID que tinham levado Alan Gross à prisão. O mesmo tinha desempenhado um papel importante na normalização das relações entre os EUA e o Vietname e constava que desde os anos 90 era contra a política de bloqueio. Desde cedo ficou claro que para haver sucesso no avançar das negociações teria que ser encontrada uma solução para o ainda prisioneiro Alan Gross e para os três dos “cinco cubanos” ainda presos nos EUA.^{50 51}

Ao longo das negociações os EUA consideraram o envolvimento do Papa Francisco nas negociações uma mais valia. Por um lado, era um homem a par da situação cubana – tinha até escrito um livro sobre a viagem de João Paulo II à ilha em 1998, com nome de “Diálogos entre João Paulo II e Fidel Castro”. Além disso, a diplomacia do Vaticano, sobre a direção do Papa Francisco, tinha um forte cunho dialogante assente na ideia de que só com o diálogo se poderia chegar a um entendimento mútuo entre os adversários. Também criava um contexto conveniente para Obama evitar críticas provenientes da oposição, numa lógica do “o Papa pediu-me para o fazer”. Em outubro de 2014 as partes reuniram-se em Roma para acertar os últimos detalhes do acordo. Acima de tudo este encontro teve como o objetivo selar o acordo perante um intermediário de confiança, algo garantido com o Vaticano pois a sua histórica oposição ao bloqueio económico e financeiro dava credibilidade perante as autoridades cubanas. Na negociação final as partes aceitaram trocar os prisioneiros anteriormente referidos, decidiram restabelecer relações diplomáticas e ambos revelaram as concessões que iriam fazer de maneira unilateral: os EUA comprometeram-se a relaxar as restrições de viagens, aliviar as regulações relativamente às telecomunicações e permitir exportações com destino ao setor privado cubano. O lado cubano comprometeu-se a libertar 53 prisioneiros, cidadãos

⁵⁰ *Idem*, pág. 414 e 415

⁵¹ Gerardo Hernández, Antonio Guerrero, Ramón Labañino, Fernando González, e René González foram agentes da inteligência cubana que durante os anos 90 se infiltraram em organizações da comunidade cubano-americana. O seu objetivo consistia em recolher informações para prevenir ataques terroristas em solo cubano, algo que acontecia recorrentemente nos anos 90, nomeadamente no setor turístico, campo vital para a economia cubana. Os cinco foram presos em Setembro de 1998 e acusados de crimes que iam da conspiração para cometer espionagem, conspiração para cometer homicídio, entre outros. René Gonzáles foi libertado a princípios de 2011 e Fernando González a Fevereiro de 2014.

dos EUA presos por atividades políticas na ilha como gesto de boa vontade. Por fim, o Papa Francisco aceitou ser a “garantia” final do acordo de modo a dissipar a desconfiança remanescente que existia entre as partes.⁵²

Com o fim das negociações e tendo ambas as partes chegado a um acordo estavam agora abertas para um novo capítulo as relações Cuba-EUA.

2.2 - Os dois últimos anos de Barack Obama na Casa Branca

2.2.1 - O 17D e as primeiras medidas

“Good afternoon. Today, the United States of America is changing its relationship with the people of Cuba. In the most significant changes in our policy in more than fifty years, we will end an outdated approach that, for decades, has failed to advance our interests, and instead we will begin to normalize relations between our two countries. Through these changes, we intend to create more opportunities for the American and Cuban people, and begin a new chapter among the nations of the Americas.”⁵³

“Compatriotas, desde mi elección como Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, he reiterado en múltiples ocasiones, nuestra disposición a sostener con el gobierno de los Estados Unidos un diálogo respetuoso, basado en la igualdad soberana, para tratar los más diversos temas de forma recíproca, sin menoscabo a la independencia nacional y la autodeterminación de nuestro pueblo... Resultado de un diálogo al más alto nivel, que incluyó una conversación telefónica que sostuve ayer con el Presidente Barack Obama, se ha podido avanzar en la solución de algunos temas de interés para ambas naciones.”⁵⁴

Foi com estas palavras que os presidentes de ambos os países se dirigiram aos seus cidadãos no histórico dia 17D. Esta data inaugurou uma nova era na relação dos países que desde 1959 gladiaram na arena internacional.

Apesar do novo alento na relação e das promessas feitas por Obama para dismantelar parcialmente o bloqueio económico imposto a Cuba, a supressão deste mecanismo de coerção só poderia ver as suas principais medidas derogadas por iniciativa do congresso, visto que uma considerável parte das suas disposições foram codificadas

⁵² *Idem*, pág. 431 a 435

⁵³ Obama, Barack (2014), *Discurso do 17D*, Washington D.C

⁵⁴ Castro, Raúl (2014), *Discurso do 17D*, Havana

em lei ao longo de vários anos. A gama legislativa em vigor que codifica o bloqueio económico e financeiro atualmente é: *Trade with the Enemy Act* secções 5 e 16 (1917)⁵⁵, *Foreign Assistance Act* (1961)⁵⁶, *Cuban Democracy Act* (1992)⁵⁷, *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act* (1996)⁵⁸ e *Trade Sanctions and Export Enhancement Act* (2000)⁵⁹. No que ao *Trade with the Enemy Act* diz respeito, segundo a ex-embaixadora de Cuba em Portugal e atual vice-diretora para os EUA do Ministério de Relações Externas de Cuba, apesar de ser esta lei que cria as bases para a aplicação do bloqueio, são as disposições contempladas nesta legislação - nomeadamente a possibilidade de emitir licenças ou abrir algumas exceções - que possibilitaram a Obama fazer ajustes que aliviaram o mesmo.⁶⁰

Logo a partir de janeiro de 2015 entra em vigor o primeiro pacote de medidas por parte dos EUA com o objetivo de aliviar o bloqueio económico e atender aos gestos de boa vontade com que se tinham comprometido nas negociações finais, realizadas no Vaticano. As medidas afetaram setores que vão do turismo ao comércio entre os dois países. Os cidadãos dos EUA passaram a poder viajar para Cuba dentro de 12 categorias aprovadas pelo presidente Barack Obama. Algumas destas categorias dizem respeito a viagens de cariz familiar, académico, desportivo, cultural, religioso, entre outras. Pela

⁵⁵ Delega no presidente dos EUA a capacidade de aplicar sanções a um país e seus aliados em períodos de guerra ou de emergência nacional. Cuba é atualmente o único país a quem os EUA aplicam esta legislação. Consultado em 11.09.2018. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/twea.pdf>

⁵⁶ Autoriza o presidente dos EUA a aplicar um embargo total a Cuba. Consultado em 11.09.2018. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/USCODE-2010-title22/html/USCODE-2010-title22-chap32-subchapIII-partI-sec2370.htm>

⁵⁷ Entre as várias disposições desta lei estão incluídas a proibição de subsidiárias de empresas dos EUA, em países terceiros, de realizar comércio com Cuba. Além disso, qualquer barco que atraque num porto cubano está proibido de atracar num porto dos EUA durante 180 dias. Consultado em 11.09.2018. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/cda.pdf>

⁵⁸ Codificou em lei as disposições até então aplicadas contra Cuba. Alarga a extraterritorialidade do bloqueio mediante a aplicação de sanções a empresas ou governos que realizem comércio com empresas dos EUA nacionalizadas durante a revolução, dando aos lesados a possibilidade de processarem judicialmente nos EUA quem o faça. Esta última disposição tem que ser ratificada a cada seis meses pelo presidente, algo que nunca aconteceu. Ainda assim garante ao presidente a faculdade de permitir algumas transações com Cuba mediante a emissão de licenças especiais. Consultado em 11.09.2018. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/libertad.pdf>

⁵⁹ Permite a exportação de produtos agrícolas para Cuba com a condição de os mesmos serem pagos em adiantado e em numerário sem financiamento proveniente dos EUA (ex. empréstimos bancários). Proíbe também as viagens de cidadãos dos EUA a Cuba com fins turísticos. Consultado em 11.09.2018. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/tsra.pdf>

⁶⁰ Entrevista a Johana Tablada

primeira vez desde os anos 60 as companhias aéreas norte-americanas foram autorizadas a realizar voos comerciais para Cuba. A primeira companhia a empreender um voo para Cuba foi a *Jetblue* em agosto de 2016, sendo o destino a cidade de Santa Clara. Os gastos dos cidadãos dos EUA em Cuba passaram a ser ilimitados sendo que também ficou contemplada a possibilidade de levarem para os EUA tabaco e álcool num valor máximo de 100 dólares. No que às telecomunicações diz respeito, e à semelhança do que Obama já tinha realizado no seu primeiro mandato, expandiram-se uma vez mais as possibilidades de negócio de empresas de telecomunicações dos EUA com Cuba, nomeadamente com a exportação de equipamentos como telemóveis, serviços de internet e software. Por fim, abriu-se a possibilidade de se realizarem investimentos em pequenos negócios privados e cooperativas.^{61 62}

Contudo, esta última medida em particular, aliada ao facto de as telecomunicações serem o único sector estatal em que empresas norte-americanas podem investir, podem sugerir alguns objetivos da administração dos EUA, sendo que inclusive geraram algumas críticas por parte do governo cubano: no primeiro caso, ao permitir investimentos em pequenas empresas privadas e as suas exportações para os EUA, a administração Obama reforça a independência destes setores face ao Estado, o que pode levar o governo cubano a considerar que se está a promover um “cavalo de troia” para condicionar o setor público e o monopólio do Estado sobre as importações e exportações; por outro, o investimento nas telecomunicações cria as condições para uma melhor penetração da propaganda subversiva anti governo na sociedade cubana, sendo casos paradigmáticos as aplicações *ZunZuneo* e *Piramideo*⁶³. Na opinião de Ricardo Torres - professor das Faculdade de Economia da Universidade de Havana – tal deve-se também aos constrangimentos que Obama tem em promover algumas das mudanças, pois os chavões “sociedade civil” e “iniciativa privada” são indispensáveis para evitar oposição interna às suas políticas.⁶⁴

⁶¹ Guadarrama, Ricardo Domínguez (2015), “Cuba - Estados Unidos: El Largo Proceso de Reconocimiento”, *Latinoamérica: Revista de Estudios Latinoamericanos*, (Online), 60, disponível em *B-on*

⁶² Phippen, J. Weston (2016), “The First U.S. Flight to Cuba Since 1961” (Online), consultado em 15.09.2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/news/archive/2016/08/cuba-first-flight/498146/>

⁶³ Aplicações móveis criadas por agências de inteligência dos EUA com o objetivo de promover a dissidência entre a juventude cubana.

Erlich, Reese (2014), “U.S. Funding (Another) Social Network to Try to Overthrow Castro” (Online), consultado em 15.09.2018. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/the-groundtruth-project/us-funding-another-social_b_5599147.html

⁶⁴ Entrevista ao professor Ricardo Torres Pérez

Cuba também não deixou de atender aos compromissos feitos no âmbito das negociações secretas. Logo em janeiro são colocados em liberdade os 53 prisioneiros que os EUA identificavam como presos de consciência. Ainda representantes da direita cubano-americana de Miami, representados pelo senador eleito pelo estado da Flórida Marco Rubio, consideram que esta medida representa muito pouco tendo em conta as medidas já aprovadas pelos EUA.⁶⁵

2.2.2 - Cimeira das Américas do Panamá 2015 e o restabelecimento das relações diplomáticas

Nos dias 10 e 11 de abril de 2015 realizou-se na Cidade do Panamá a 7ª Cimeira das Américas. Após anos de pressão, e havendo o iminente risco de a mesma ser um fracasso por vários presidentes latino-americanos terem declarado que a iriam boicotar caso Cuba não fosse convidada a participar, dá-se finalmente a tão ansiada inclusão de Cuba neste fórum regional. É nesta ocasião que se realiza a primeira reunião entre os presidentes de Cuba e dos EUA desde o triunfo da revolução cubana. A reunião de cerca de uma hora foi feita à margem dos trabalhos da cimeira. Previamente tinha-se gerado a expectativa de que durante a cimeira Obama iria anunciar a retirada de Cuba da lista de países que patrocinam o terrorismo⁶⁶, algo que não aconteceu.⁶⁷

Apesar da desilusão inicial não foi necessário esperar muito tempo para que a aspiração de retirada de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo fosse alcançada. No dia 29 de maio o secretário de estado John Kerry anuncia a retirada da infame lista. Esta decisão seria, até ao momento, a mais importante medida tomada pela administração Obama para melhorar a relação dos dois países. Em primeiro lugar esta decisão tem um grande efeito simbólico, pois Cuba deixa de ser considerado um país inserido no “grupo dos maus”, onde ainda hoje estão incluídos o Irão, Síria e Sudão. Em segundo lugar vêm os efeitos práticos. Na prática esta decisão torna mais viáveis

⁶⁵ *Sem autor* (2015), “Cuba has freed all 53 prisoners in historic deal, says Obama administration” (Online), consultado em 19.09.2018. Disponível em : <https://www.theguardian.com/world/2015/jan/12/cuba-frees-prisoners-us-deal>

⁶⁶ Lista criada pelo Departamento do Estado dos EUA em 1979. São incluídos nesta lista todos os países que o Departamento do Estado dos EUA considera terem apoiado recorrentemente atos de terrorismo internacional. Cuba foi adicionada a esta lista em 1982.

⁶⁷ Liptak, Kevin e Jim Acosta (2015), “Barack Obama and Raul Castro meet, launch new era of U.S.-Cuba ties” (Online), consultado em 21.09.2018. Disponível em : <https://edition.cnn.com/2015/04/11/politics/panama-obama-castro-meeting/index.html>

eventuais transações financeiras de empresas dos EUA com entidades cubanas. Contudo, no caso cubano, as limitações às transações financeiras não são só ditadas pela condição de ser membro desta lista, mas também pelo facto de haver todo um conjunto de legislação/sanções que continuaram a desencorajar estas transações financeiras.⁶⁸ Nas palavras do Professor Ricardo Torres “nenhum banco se vai arriscar a levar uma multa de mil milhões para fazer uma transferência de 30 milhões”. Tal fica patente no facto de que, desde então, apenas um pequeno banco declarou estar disposto a realizar transferências de e para Cuba: o *Stonegate* da Flórida.⁶⁹

Ainda assim, a importância da retirada de Cuba desta lista fica também patente nas reacções dos congressistas cubano-americanos que assistiam à desmontagem da política de isolamento e coerção por eles defendida. Entre os mais sonantes e notórios temos Mário Diaz-Balart e Marco Rubio, que declaram a medida como “um erro grave” e “Obama capitula perante ditadores”.^{70 71}

Uma vez removido o obstáculo que era a presença de Cuba na lista de países que apoiam o terrorismo Cuba e os EUA rapidamente chegaram a um acordo sobre os últimos detalhes pendentes para a abertura de embaixadas nos respetivos países. No dia 20 de julho de 2015 foi reaberta, passados mais de 50 anos, a embaixada de Cuba em Washington. Apesar do gigantesco avanço, John Kerry - que esteve presente na cerimónia - assinalou que a normalização das relações é “um desafio enorme porque nunca existiram relações normais entre Cuba e os EUA”. No dia 14 de agosto chegava a vez da reabertura da embaixada dos EUA em Havana, que também contou com a presença de John Kerry. Nesse dia o secretário de estado dos EUA tornava-se o funcionário dos EUA com a mais altas responsabilidades a visitar Cuba desde o triunfo da revolução.⁷²

Ao fim de mais de 54 anos de distanciamento, Cuba e os EUA voltavam uma vez mais a ter relações diplomáticas.

⁶⁸ *Sem autor* (2015), “US removes Cuba from list of state sponsors of terror” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-32926821>

⁶⁹ Entrevista ao professor Ricardo Torres, docente na Faculdade de Economia da Universidade de Havana

⁷⁰ Yuhas, Alan (2015), “US formally drops Cuba from terrorismo “blacklist”” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/may/29/us-formally-drops-cuba-from-terror-black-list>

⁷¹ Diaz-Balart, Mario (2015), “Obama’s Cuba Policy is Enabling a Dictator” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <http://time.com/3825781/mario-diaz-balart-obamas-cuba-policy/>

⁷² LeoGrande, William M. e Peter Kornbluh (2016), *Diplomacia Encubierta com Cuba – Historia de las Negociaciones Secretas entre Washington y La Habana*, Havana, Editorial Ciencias Sociales, pág. 441 e 442.

O grande e histórico momento que se seguiu à reabertura das embaixadas nos respetivos países foi a visita de três dias de Barack Obama a Cuba, a começar no dia 21 de março 2016. Seria o primeiro presidente a fazê-lo em quase 90 anos, tendo o último sido Calvin Coolidge em 1928. Momentos e declarações de Obama deixaram patente para o que veio. Uma das primeiras paragens durante a sua visita foi uma reunião no restaurante *La Cerveceria* onde, acompanhado de congressistas, membros da câmara de comércio e homens de negócios dos EUA, teve uma reunião com proprietários de negócios privados. Nesta reunião Obama deixou claro que uma das prioridades dos EUA em Cuba seria a promoção e investimento nos jovens empreendedores que começavam a aparecer em Cuba. Para além das medidas que visam potenciar isso, como o facilitamento de exportações e importações entre empresas norte-americanas e jovens empreendedores cubanos, Obama anunciou que iriam ser convidados 15 jovens *cuentalpropistas* para a “Iniciativa de Jovens Líderes nas Américas”, onde iriam receber treino para potenciarem o seu negócio, como também iriam ser convidados outros tantos para a “Cimeira Global do Empreendedorismo” a realizar-se em *Silicon Valley*.⁷³

No dia seguinte Obama reunir-se-ia durante quase duas horas com 12 dissidentes cubanos dos mais diversos espectros políticos, de liberais a conservadores. Alguns jornalistas, artistas ou bloggers independentes. Entre os mesmos também era possível encontrar quem apoiasse ou não o restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.⁷⁴

Estes encontros evidenciam que o objetivo estratégico de mudança de regime por parte dos EUA não mudou com a presidência de Barack Obama. A grande alteração dá-se sim na tática empregue para atingir o mesmo objetivo histórico. A novidade apresentada por Barack Obama é a aposta na mudança vinda de dentro de Cuba, onde estes dissidentes e o emergente setor privado cubano têm o papel de protagonistas. Tal como o mesmo deixou patente no seu discurso, a tentativa de imposição de um modelo político em Cuba pela coerção – diga-se, bloqueio económico – tinha falhado: “*What the United States was doing was not working. We have to have the courage to acknowledge*

⁷³ Obama, Barack (2016), “Remarks by President Obama at an Entrepreneurship and Opportunity Event” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/03/21/remarks-president-obama-entrepreneurship-and-opportunity-event-havana>

⁷⁴ Robles, Frances (2016), “Obama Spends Almost 2 Hours With Cuban Dissidents” (Online), consultado em 26.09.2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/projects/cp/international/obama-in-cuba/obama-spends-almost2-hours-with-cuban-dissidents>

that truth. A policy of isolation designed for the Cold War made little sense in the 21st century. The embargo was only hurting the Cuban people instead of helping them.”⁷⁵

Na política inaugurada por Obama para Cuba cabia ao povo cubano, através das medidas e meios provenientes do EUA, construir um novo futuro: *“Many suggested that I come here and ask the people of Cuba to tear something down but I’m appealing to the young people of Cuba who will lift something up, build something new. El futuro de Cuba tiene que estar en las manos del pueblo cubano.*”⁷⁶

Uma semana após o discurso de Barack Obama surge a resposta de Fidel Castro no órgão central do PCC: o diário Granma. Neste artigo intitulado “O irmão Obama” Fidel Castro relembra alguns episódios da história das relações de Cuba com os EUA desde o triunfo da revolução. Deixa claro que dificilmente se pode deixar a história para trás - como sugeriu Obama no seu discurso - após Cuba ter sofrido quase 60 anos de bloqueio económico e financeiro, ter sido vítima de inúmeras sabotagens e ataques terroristas e, inclusive, ter sofrido uma invasão de mercenários. Termina alertando que Cuba não se iria render nem abdicar dos seus princípios: *“Nadie se haga la ilusión de que el pueblo de este noble y abnegado país renunciará a la gloria y los derechos, y a la riqueza espiritual que ha ganado con el desarrollo de la educación, la ciencia y la cultura... No necesitamos que el imperio nos regale nada.*”⁷⁷

2.2.3 - As últimas medidas

Nos seus últimos meses à frente da Casa Branca Barack Obama viria a tomar uma série de medidas que significariam mais um grande passo em frente na normalização da relação dos seus países.

Uma dessas medidas foi a emissão da diretiva presidencial 43 (PPD-43) de 14 de outubro de 2016. A importância desta diretiva assenta no facto de ser uma tentativa de tornar o rumo estabelecido pela administração Obama desde o 17D irreversível. A expansão do comércio, das viagens e do fluxo de informação. O objetivo declarado é o de promover e ajudar o povo cubano a alcançar um futuro mais promissor e encorajar o desenvolvimento dum parceiro para atender a desafios regionais como as alterações

⁷⁵ Obama, Barack (2016), *Discurso em Havana Velha perante cuentapropistas cubanos*, Havana

⁷⁶ *Idem*

⁷⁷ Castro, Fidel (2016), “El hermano Obama” (Online), consultado em 26.09.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/reflexiones-fidel/2016-03-28/el-hermano-obama-28-03-2016-01-03-16>

climáticas, a propagação de doenças e tráfico ilícito. A diretiva, à semelhança do já expressado pelo presidente Obama em outras ocasiões, considera que a política de bloqueio económico fracassou pois não contribuiu para o avanço dos interesses dos EUA ao mesmo tempo que prejudicava o povo cubano.⁷⁸

A PPD-43 também contempla um considerável número de medidas que mais uma vez aliviariam o bloqueio sobre Cuba: os EUA poderão passar a importar e comercializar produtos farmacêuticos cubanos uma vez que os mesmos sejam aprovados pela *Food and Drugs Administration*; os cubanos com acesso à internet poderão passar a fazer algumas compras online nos EUA, como peças de automóvel e aparelhos de ar condicionado; é concedido ao governo cubano autorização para comprar alguns insumos para a agricultura através de crédito (algo que a *Trade Sanctions and Export Enhancement Act* obrigava que fosse em numerário); foi retirado o teto máximo de 400 dólares em compras que os cidadãos dos EUA podiam fazer em Cuba; abrem-se exceções para que alguns barcos que atraquem em Cuba não fiquem sujeitos à proibição de atracar nos 180 dias seguintes nos portos dos EUA.⁷⁹

Outra medida histórica tomada pela administração Obama foi a abstenção no voto de condenação ao bloqueio económico e financeiro apresentado por Cuba na assembleia das Nações Unidas. Este voto de condenação é apresentado por Cuba desde 1991, tendo em todas as ocasiões recebido o voto negativo dos EUA. Pela primeira vez os EUA abstiveram-se nesta votação, tal como Israel, que sempre acompanhou o sentido de voto do seu aliado. Foram os únicos dois países na assembleia a não votarem favoravelmente.⁸⁰

Seria nos últimos dias do seu mandato que Obama tomaria algumas das decisões mais importantes para a relação dos dois países, nomeadamente no campo migratório. No dia 12 de janeiro Obama derroga a política “pés secos, pés molhados”. Esta política vem contemplada nos acordos migratórios de 1995. A mesma surge durante a crise migratória cubana da primeira metade dos anos 90, conhecida como *crise dos balseiros*. A gigantesca crise económica que se abateu sobre Cuba – no rescaldo da queda do bloco socialista – levou a que milhares de cubanos se lançassem ao mar na esperança de chegar aos EUA.

⁷⁸ Presidential Policy Directive/ PPD-43, consultado em 27.09.2018. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?abstract&did=797569>

⁷⁹ Kornbluh, Peter, “Normalization of Relations With Cuba Is All But Irreversible Now” (Online), consultado em 27.09.2018. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/obamas-new-directive-probably-assures-the-irreversibility-of-normalization-with-cuba/>

⁸⁰ Sengupta, Somini e Rick Gladstone (2016), “U.S. Abstains in U.N. Vote Condemning the Embargo” (Online), consultado em 27.09.2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/10/27/world/americas/united-nations-cuba-embargo.html>

O facto de não lhes ser facilitada pelos EUA uma saída legal através de um visto, ao mesmo tempo que existia a lei de ajuste cubano que garantia residência permanente ao fim de um ano para qualquer cubano⁸¹, encorajava as pessoas a arriscar a sua vida na travessia do estreito da Flórida – muitas vezes em jangadas precárias – para chegar aos EUA. A partir dos acordos migratórios de 95 todos os cubanos resgatados em alto mar seriam enviados de volta para Cuba enquanto que os que chegassem por terra, ou os que alcançassem depois da travessia pelo estreito da Flórida, continuariam a poder solicitar asilo político. Com o derrogar da política “pés secos pés molhados” os cubanos passaram a só poder apelar à lei de ajuste cubano caso chegassem de maneira regular aos EUA. Esta decisão era há muito uma das principais exigências do governo cubano que acusava os EUA de encorajarem a emigração irregular e conseqüentemente as pessoas a arriscarem a sua vida.^{82 83}

Ainda no campo migratório Obama também viria a anular o *Cuban Medical Professional Parole Program*. Resumidamente este programa fomentava a deserção de profissionais de saúde cubanos (enfermeiros e médicos) que estivessem a exercer a sua profissão no estrangeiro no âmbito de uma missão patrocinada pelo governo cubano. Para tal o programa contemplava a possibilidade de estes profissionais – e eventualmente os seus familiares diretos – serem elegíveis para receber vistos que lhes permitiriam viver nos EUA, privando assim o governo cubano de profissionais altamente qualificados.⁸⁴

Na opinião de Johana Tablada foi no campo migratório que a política de Obama foi mais longe, considerando-a amplamente positiva. Algo que contrasta com o plano económico e financeiro que, apesar das mudanças positivas, ficou muito aquém das possibilidades que Obama tinha mediante a sua prerrogativa presidencial.⁸⁵

Os oito anos da presidência de Barack Obama, principalmente os dois últimos, ficam para a história por terem sido os que mais positivamente impactaram na relação dos

⁸¹ Cuban Adjustment Act (Public Law 89-732), consultado a 28.09.2018. Disponível em: <https://www.uscis.gov/ilink/docView/AFM/HTML/AFM/0-0-0-1/0-0-0-8624/0-0-0-10170.html>

⁸² Sem autor (2017), “Obama ends “wet foot, dry foot” policy for Cuban immigrants” (Online), consultado em 28.09.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jan/12/obama-ends-cuba-immigration-policy-wet-foot-dry-foot>

⁸³ Bustamente, Michael J. (2005), “Is the Cuban Adjustment Act in Trouble?”, (Online), consultado em 01.10.2018. Disponível em: <https://cubacounterpoints.com/archives/1069>

⁸⁴ Nespral, Jackie (2017), “The Elimination of the Cuban Medical Professional Parole Program” (Online), consultado em 03.10.2018. Disponível em: <https://www.nbcmiami.com/news/local/The-Elimination-of-the-Cuban-Medical-Professional-Parole-Program-410604655.html>

⁸⁵ Entrevista a Johana Tablada

dois países em quase 60 ano de antagonismo, tendo inclusive chegado mais longe do que Jimmy Carter quando este não tinha o problema de o bloqueio estar codificado em lei. Apesar disso, e excluindo o campo migratório onde Obama foi tão longe quanto a prerrogativa presidencial lhe permitiu, muito ficou por fazer no campo económico e financeiro.

Apesar de o bloqueio ter sido codificado pela *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act*, esta mesma lei deixou em aberto a possibilidade do presidente continuar a emitir licenças que o aliviassem. Algumas das medidas ao alcance de Obama que poderiam ter esvaziado ainda mais o bloqueio são: autorizar o uso do dólar por Cuba em transações com outros países; permitir que as transações se realizem pelo sistema bancário dos EUA; instruir os representantes dos EUA em instituições financeiras a não criarem obstáculos à concessão de crédito e outras facilidades financeiras a Cuba; pôr termo à perseguição financeira; permitir que Cuba compre produtos com mais de 10% de componentes dos EUA a países terceiros; autorizar as exportações dos EUA para Cuba. Já o que Obama não pode fazer, por causa da legislação vigente, temos: permitir que subsidiárias de empresas sediadas nos EUA em países terceiros comercializem com Cuba; a proibição de transações com empresas dos EUA nacionalizadas em Cuba; o impedimento que cidadãos dos EUA viagem a Cuba com fins turísticos; a obrigação de pagar em efetivo e adiantado os produtos agrícolas importados dos EUA por Cuba.⁸⁶

2.3 – Donald Trump na Casa Branca

A chegada de Donald Trump à casa branca fez ressurgir elementos antigos das relações Cuba-EUA que com Obama na presidência tinham sido apaziguados. Uma vez no poder Donald Trump trouxe de volta o discurso hostil para com Cuba e pela primeira vez desde a presidência de George W. Bush assistimos a um recrudescimento do bloqueio económico e financeiro.

Apesar de Donald Trump ter invertido parcialmente a distensão que viviam as relações dos dois países, o que é certo é que o mesmo nem sempre se mostrou completamente avesso à política de Obama para com Cuba nem adepto do bloqueio imposto pelo seu país à maior ilha das Antilhas. Antes de sequer se tornar candidato do

⁸⁶ Informe de Cuba sobre la resolución 69/5 de la Asamblea General de las Naciones Unidas – 2015: Necesidad de poner fin al bloqueo económico, financiero e comercial impuesto por los EE.UU. contra Cuba, pág. 9 e 10

Partido Republicano à Casa Branca, Donald Trump afirmava que a reaproximação a Cuba iniciada pelo então presidente Barack Obama era boa, mas que ele teria conseguido um melhor acordo. Sobre o bloqueio considerou que “50 anos foram o suficiente”. Contudo, uma vez convertido em aspirante ao cargo de presidente dos EUA o discurso de Donald Trump começa a alinhar-se com o de qualquer anterior candidato republicano. No dia 16 de setembro de 2016, durante um comício em Miami, Donald Trump promete reverter todas as concessões feitas por Obama a Cuba caso o governo cubano não aceda as suas exigências em matéria de liberdade política e religiosa.⁸⁷ À semelhança de antigos candidatos republicanos, Donald Trump aposta na linha dura contra o governo cubano de modo a capitalizar o voto cubano-americano no estado da Flórida.

Donald Trump acabaria por ser eleito presidente dos EUA em parte graças à vitória alcançada no estado da Flórida. Em boa medida valeu o contributo dado por Marco Rubio, influente cubano-americano no panorama político de Miami. Rubio viria a abdicar da corrida de candidato do Partido Republicano à presidência a favor de Donald Trump e tornar-se seu apoiante. Ao mesmo tempo recandidatava-se ao Senado pelo estado da Flórida, tendo conseguido manter o cargo.⁸⁸

Marco Rubio, juntamente com outros congressistas cubano-americanos como Mario Díaz-Balart, acabariam por se tornar peças chaves na delineação da política externa da presidência de Donald Trump relativamente a Cuba. Enquanto a política externa de Obama para com Cuba assentava na noção de “paciência estratégica” para a mudança de regime, ou seja, ao mesmo tempo que promovia o aproximar dos dois países, os EUA podiam conter a necessidade de Cuba em reforçar os seus laços com países como a Rússia, China e Venezuela. Além disto, esta mesma “paciência estratégica” contempla que o regime em Cuba mude de maneira evolutiva devido à sua integração cada vez maior no processo de globalização, à inevitável renovação geracional nos cargos de direção do Estado e à continuação da atualização do modelo económico e social do país. Por outro lado, temos o caminho que Trump viria a tomar. Apesar de manter, tal como Obama, a aspiração de mudança de regime, a política externa de Trump privilegia a confrontação e

⁸⁷ Caputo, Marc (2016), “In Miami, Trump morphs back into a Cuba hardliner” (Online), consultado em 05.10.2018. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2016/09/donald-trump-miami-cuba-hardliner-228314>

⁸⁸ King, Ledyard (2017), “They insulted each other on the campaign trail, but now Trump and Rubio are chummy” (Online), consultado em 05.10.2018. Disponível em: <https://eu.usatoday.com/story/news/politics/2017/08/10/they-insulted-each-other-campaign-trail-but-now-trump-and-rubio-chummy/556282001/>

a força como meio para atingir esse fim. Contudo, é de notar que a maior parte dos avanços alcançados durante a administração Barack Obama não foram postos em causa por Donald Trump.⁸⁹ Outro fator importante a ter em conta são as pessoas que Donald Trump escolheu para vários cargos da sua administração. Estas escolhas dizem muito sobre o que poderá vir a ser a política externa dos EUA durante os anos da sua presidência. Para a secretaria da segurança interna Donald Trump nomeou o General John F. Kelly, ex-comandante do Comando Sul (região da América Latina e Caribe) das forças armadas dos EUA e conhecido pela sua aversão aos governos de esquerda latino-americanos e pela sua forte oposição ao encerramento do centro prisional na Baía de Guantánamo. Já para a secretaria da defesa escolheu o também General James Mathis, conhecido como “*mad dog*” (cão louco) pela maneira controversa como liderou as suas tropas durante a guerra do Iraque.⁹⁰

2.3.1 - As primeiras medidas

Foi preciso esperar pouco mais de 6 meses desde que foi empossado presidente dos EUA para Donald Trump anunciar a revisão da política dos EUA para com Cuba. Esta mudança deve-se em grande medida à pressão e contributo dos congressistas Marco Rubio e Mario Díaz-Balart, como referido anteriormente, Ambos começaram desde cedo a trabalhar para influenciar a política da administração Trump relativamente a Cuba. Reuniões, cartas e chamadas telefónicas foram, pouco a pouco, estabelecendo as prioridades e medidas que o novo presidente deveria tomar para alterar parte da política de Obama, que na opinião de ambos os congressistas apenas serviu para fortalecer o governo cubano e não o povo.⁹¹

O acolhimento das sugestões políticas de ambos os congressistas por parte de Trump podem ter motivos políticos. Por um lado, Trump precisava do voto de ambos os congressistas para derrogar o *Affordable Care Act* (mais conhecido por *Obamacare*) no Congresso e aprovar posteriormente a sua iniciativa *American Health Care Act*, que

⁸⁹ Benítez, Santiago Pérez (2016), “Escenario global, Trump e Implicaciones para Cuba”, fragmentos de uma comunicação apresentada no âmbito do evento anual da Cátedra de Estudos do Caribe, Universidade de Havana, Dezembro de 2016, Havana

⁹⁰ Dominguez, Francisco (2017), “Trump and Latin America: Continuity and Change”, *Soundings*, 66

⁹¹ Caputo, Marc (2017), “Inside Marco Rubio’s campaign to shape Trump’s Cuba crackdown” (Online), consultado em 06.10.201. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2017/06/15/marco-rubio-donald-trump-cuba-plan-239597>

visava substituir o anterior; por outro lado, Marco Rubio é um dos participantes na comissão do Senado que se encontra a investigar a alegada interferência russa nas eleições presidenciais de 2017, o que aparentemente poderia beneficiar Donald Trump. A política seguida por Trump relativamente a Cuba pode ser encarada como uma moeda de troca para obter vantagens políticas.^{92 93}

No dia 16 de junho de 2017, no teatro Manuel Artime em Miami, Donald Trump anuncia que irá rever a política de Obama para com Cuba revertendo-a parcialmente. Entre as mudanças constam um pacote de medidas que reforçam o bloqueio: proibição de transações económicas, comerciais e financeiras de companhias e entidades estado-unidenses com empresas e entidades cubanas vinculadas às forças armadas e ministério do interior⁹⁴; eliminação das viagens individuais sob a categoria de “contactos povo a povo”⁹⁵; aplicação estrita e com vigilância reforçada da proibição de viajar a Cuba fora do âmbito das 12 categorias permitidas; oposição dos EUA às ações que promovem o levantamento do bloqueio nas Nações Unidas e outros fóruns internacionais⁹⁶; ampliação da lista de funcionários do governo e cidadãos cubanos que não podem receber vistos, remessas ou realizarem transações com entidades dos EUA; derrogação da diretiva presidencial de Barack Obama (PPD-43) emitida a 14 de Outubro de 2016 que reconhecia o fracasso da política seguida pelos EUA para com Cuba até então.⁹⁷ Contudo, as mudanças de maior impacto positivo da administração de Barack Obama mantêm-se

⁹² Kunovic, Martina (2017), “Five things you need to know about Trump’s Cuba policy – and who it will hurt” (Online), consultado em 07.10.2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/06/22/five-things-you-need-to-know-about-trumps-cuba-policy-and-who-it-will-hurt/?utm_term=.c0583b3bdc5a

⁹³ King, Ledyard (2017), “Sen. Marco Rubio guiding President’s Trump Cuba policy to be unveiled Friday” (Online), consultado em 07.10.2018. Disponível em: <https://eu.usatoday.com/story/news/politics/2017/06/13/sen-marco-rubio-guiding-presidents-trump-cuba-policy-unveiled-friday/102824462/>

⁹⁴ As empresas mais destacadas ligadas ao ramo militar são a GAESA, CIMEX e Gaviota. Estas empresas juntas são responsáveis pela administração da maioria dos negócios do sector turístico (hotéis e restaurantes) e negócios a retalho.

⁹⁵ Obama permitiu que os cidadãos dos EUA pudessem organizar por si só as suas viagens no âmbito desta categoria. As medidas de Trump voltam a proibir isto, sendo só possível para os cidadãos dos EUA realizar viagens organizadas por agências turísticas autorizadas e sempre na presença dum guia. Na prática, Trump trouxe de volta as restrições que Barack Obama tinha abolido.

⁹⁶ Exemplo disto é o regresso à prática de votar contra o relatório apresentado anualmente por Cuba na Assembleia das Nações Unidas, onde coloca a necessidade colocar fim ao bloqueio económico, financeiro e comercial.

⁹⁷ National Security Presidential Memorandum on Strengthening the Policy of the United States Towards Cuba, consultado em 08.10.2018. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2017/10/20/2017-22928/strengthening-the-policy-of-the-united-states-toward-cuba>

vigentes e não se perspectiva que tenham um fim. São elas as relações diplomáticas e respectivas embaixadas; o fim do limite às remessas que podem ser enviadas para Cuba; os voos comerciais e cruzeiros entre os dois países; o fim da política de pés secos, pés molhados; as licenças para investimentos em certos sectores como o das telecomunicações, entre outros.

Apesar de as medidas de Donald Trump terem como objetivo debilitar as forças armadas atacando os negócios administrados por elas, certo é que estas medidas também terão um impacto muito negativo naqueles que supostamente pretendem ajudar: o sector privado cubano. Estas medidas levaram a um ligeiro decréscimo de chegadas de cidadãos dos EUA – excluindo cubano americanos (menos 12 930, correspondente a uma diminuição de 0,02%). Apesar de não ter havido uma queda abrupta no número de chegadas, foi terminada uma tendência positiva de crescimento que já vinha desde 2015 (de 2017 para 2018, as visitas cresceram 117% perfazendo um total de mais 333 794 chegadas) (Anexo A).

Muitos destes turistas passaram a chegar em cruzeiros – uma modalidade em crescimento -, o que contribuiu para atenuar a queda de chegadas de cidadãos dos EUA. Ainda assim isto não serviu para amenizar os prejuízos do sector privado em Cuba. Por um lado, os milhares de cubanos que têm quartos das suas casas para arrendar no AirBnb viram o número de dormidas diminuir, isto porque os visitantes dos EUA, estando obrigados a viajar organizados em tours de grupo, acabam por ficar em hotéis ou cruzeiros (para quem visitou o país deste modo) porque as casas particulares de cubanos não têm capacidade de acolher grupos. Para além disto, a diminuição de visitantes dos EUA por meios que não sejam cruzeiros significa menos clientes para os proprietários de restaurantes particulares (isto porque a maioria dos que viajam em cruzeiros já têm estes serviços a bordo) – os conhecidos *paladares* – e cubanos com outros ofícios, como artesanato. Para além disto os negócios privados direccionados para os cidadãos cubanos (restaurantes, cafetarias, vendedores ambulantes, mecânicos, salões de beleza, lojas ligadas à tecnologia, etc.) sofrem indiretamente porque os compatriotas que trabalham no sector turístico passam a ter menos disponibilidade financeira.⁹⁸

Já no que diz respeito aos EUA, a associação estado-unidense *Engage Cuba*, composta por empresários e outras pessoas que defendem a aproximação dos dois países

⁹⁸ Cohen, Hannah Barkeley e Azam Ahmed (2017), “In Cuba, Trump’s Reversal Could Hurt Small Business” (Online), consultado em 10.10.2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/06/16/world/americas/trump-cuba.html>

e conseqüentemente o fim do bloqueio, estimam que as novas medidas de Donald Trump impedem que, a curto e médio prazo, sejam criados cerca de 12295 postos de trabalho nos EUA e que deixem de ingressar nesse país cerca de 6600 milhões de dólares.⁹⁹

2.3.2 - Os alegados “ataques” a diplomatas dos EUA em Havana

Durante o mês de agosto de 2017 começam a surgir relatos que parte do pessoal diplomático dos EUA colocado em Havana sofria de estranhos problemas de saúde sem explicação aparente. O primeiro caso reportado ocorre no final de 2016, sendo que ao longo do ano seguinte vão-se amontando novas ocorrências até o número de afetados ultrapassar os 20. Entre os sintomas descritos pelos diplomatas temos náuseas, perda de audição e perda de memória. Vários dos afetados alegaram ter ouvido sons altos e sentido vibrações nos ouvidos. Estes relatos levaram as autoridades dos EUA a sugerir que estávamos perante “ataques sônicos”.¹⁰⁰

Rapidamente o governo cubano começou a investigação para apurar os factos e comprovar se a tese de que os diplomatas tinham sido alvos de um ataque era ou não real. As investigações das autoridades cubanas foram realizadas pelos seus cientistas e forças de segurança e basearam-se em cerca de 300 entrevistas, exame de dois hotéis, análises ao ar e ao solo, com o intuito de apurar se o ataque poderia ter sido levado a cabo por meio de ondas eletromagnéticas ou metais tóxicos. Apesar da extensa investigação, não foi possível relacionar os sintomas com nenhuma espécie de “ataque”. As autoridades também tentaram conseguir a cooperação do governo dos EUA na investigação, mas tal foi rejeitado.¹⁰¹

Apesar de inicialmente os EUA não responsabilizarem Cuba pelos “ataques”, isso viria a acontecer pelas palavras de Donald Trump, que afirmou que acreditava que o governo cubano era responsável por tal situação. Dias mais tarde o chefe de gabinete da Casa Branca Steven L. Garret viria afirmar que, não sendo o governo cubano responsável

⁹⁹ Informe de Cuba sobre la resolución 71/5 de la Asamblea General de las Naciones Unidas – 2017: Necesidad de poner fin al bloqueo económico, financiero e comercial impuesto por los EE.UU. contra Cuba, pág. 8 e 9

¹⁰⁰ *Sem autor* (2017), “US reveals details of recent “sonic attack” on Cuba diplomats” (Online), consultado em 10.10.2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-41133855>

¹⁰¹ Mitchell, Andrea, Mary Murray e Kenzi Abou-Sabe (2017), “Cubans Forcefully Reject Blame for U.S. Diplomats’ Mystery Ailments” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/cubans-forcefully-reject-blame-u-s-diplomats-mystery-ailments-n813581>

direto pelo “ataque”, o mesmo era culpado de não ter sido capaz de evitar que tal acontecesse.¹⁰²

Por seu lado Cuba acusa os EUA de estarem a politizar a situação como pretexto para afundar ainda mais as relações dos dois países. No diário Granma, o órgão central do PCC, este caso é considerado um “Maine sónico” - uma alusão ao USS Maine, navio de guerra dos EUA destruído após uma explosão em 1898 no porto de Havana durante a terceira guerra de libertação nacional de Cuba (1895-98) contra o Império Espanhol. Este episódio serviu de pretexto para que os EUA interviessem no conflito contra Espanha e posteriormente arrebatar deste as colónias de Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas.¹⁰³

O caso tem perdido mediatismo apesar de ainda não estar encerrado e a investigação continuar. Ainda assim as consequências mantêm-se: os EUA reduziram o seu pessoal na embaixada de Havana para os mínimos indispensáveis ao seu funcionamento, o que não inclui os serviços consulares. Esta situação impede que cubanos possam adquirir vistos para visitar os seus familiares nos EUA ou ter sequer a hipótese de emigrar para o dito país de maneira regular. Além disto, esta medida veio acompanhada da expulsão de 15 diplomatas cubanos de Washington. Foi também emitido um alerta de viagem para Cuba a desencorajar os cidadãos dos EUA a visitar a ilha, algo que pode ser visto como mais um golpe ao importante setor turístico de Cuba, juntamente com as medidas decretadas em junho do mesmo ano.^{104 105}

Em entrevista ao blog *Cuba Posible*, o professor e especialista em assuntos cubanos Arturo López-Levy considera que as medidas tomadas por Donald Trump relativamente a este assunto fazem parte da sua agenda para sabotar os avanços positivos nas relações bilaterais dos dois países. Pelo lado de Cuba, considera que o governo teve

¹⁰² Cohen, Zachary (2017), “Trump blames Cuba for mysterious attacks on US diplomats” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2017/10/16/politics/trump-cuba-us-diplomats-attack/index.html>

¹⁰³ Redacción nacional (2017), “Maine sónico: el nuevo pretexto de Estados Unidos” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/supuestos-ataques-acusticos/2017-10-31/maine-sonico-el-nuevo-pretexto-de-estados-unidos-31-10-2017-00-10-54>

¹⁰⁴ Labott, Elise e Patrick Oppmann (2017), “US expels Cuban diplomats following Havana attacks” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/10/03/politics/us-cuba-diplomatic-staff/index.html>

¹⁰⁵ Berenson, Tessa (2017), “The U.S. Is Warning Americans Not to Travel to Cuba. Here’s What to Know” (Online), consultado em 12.11.2018. Disponível em <http://time.com/4962780/us-travel-warning-cuba-sonic-attacks/>

uma posição construtiva sempre com o objetivo de esclarecer o ocorrido para que o processo de distensão das relações não fosse posto em causa.¹⁰⁶

O período de 2015-2017 foi histórico para os dois países. Muito se avançou para a completa normalização das relações nos anos de 2015 e 2016, tanto que nem os retrocessos impostos pela administração Trump em 2017 conseguiram pôr em causa o que de mais importante se alcançou. Ainda assim a administração Obama deixou muito por fazer, algo que dificilmente será possível continuar com a administração Trump. A variação da política externa dos EUA nos últimos três anos contrasta assim com o rumo bem definido que a política interna de Cuba tem seguido no mesmo período de tempo, o que será analisado no capítulo seguinte.

¹⁰⁶ López-Levy, Arturo e Luís Carlos Battista (2017), “Raúl Castro caminó “la milla extra” para no ser responsable por dinâmicas de ruptura” (Online), consultado em 14.10.2018. Disponível em: <https://cubapossible.com/lopez-levy-raul-castro-no-responsable-dinamicas-ruptura/>

CAPÍTULO III – MUDANÇAS EM CUBA

Em 2006 o então Presidente do Conselho de Estado e Ministros, Fidel Castro, fruto da deterioração do seu estado de saúde, abandona a chefia do governo dando lugar ao então Primeiro Vice-Presidente do mesmo órgão: Raúl Castro. O sucessor completa o mandato do presidente cessante em 2008. No mesmo ano, e após processo eleitoral, Raúl Castro é eleito chefe de Estado e do governo de Cuba. Fidel Castro manter-se-á na secretaria geral do PCC até ao fim do seu mandato em 2011. Nesse ano abandona também as tarefas partidárias e Raúl Castro é eleito o novo Secretário-Geral do PCC no VI congresso desta organização política.

As mudanças em Cuba começam a realizar-se após Raúl Castro assumir a chefia de Estado e de governo em 2008, embora nesse período as mesmas estivessem longe de alcançar a dimensão que têm atualmente. Inicialmente algumas destas mudanças passaram pela liberalização da venda de telemóveis e outros equipamentos eletrónicos, a disponibilização de mais terra para agricultores privados, ou declarações de intenções de dar mais espaço à iniciativa privada na economia da ilha e reduzir consideravelmente a quantidade de empregos na esfera estatal.¹⁰⁷ Seria só a partir de 2011 - após a realização do VI congresso do PCC - que as mudanças começariam a suceder-se num ritmo mais acelerado.

O capítulo presente pretende então sistematizar as principais mudanças ocorridas em Cuba nos últimos anos, destacando as que incidem na organização económica do país e consequentemente no trabalho. Esta sistematização realiza-se com base nos documentos aprovados no VI congresso do PCC - os *lineamentos*, base programática para atualização económica do país - e nos documentos aprovados no VII congresso do PCC, realizado em 2016. Neste congresso, para além das atualizações aos *lineamentos*, foram também aprovados outros documentos importantes que definirão a política económica de Cuba nos próximos anos: a Conceptualização do Modelo Económico e Social Cubano de Desenvolvimento Socialista e o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social até 2030: Visão Proposta para a Nação, Eixos e Setores Estratégicos.

Por fim, será feito um levantamento das principais mudanças e novidades registadas em Cuba após estes congressos: o aumento do setor não estatal, seja por via de

¹⁰⁷ *Sem autor* (2011), “Cuban party congress to outline radical economic and leadership change” (Online), consultado a 20.11.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/apr/19/cuba-castro-communist-congress>

negócios privados ou CNA. Outra mudança de relevo que vai ser tida em conta é o IDE, que após a aprovação dos documentos supracitados passa a ser encarado pelo governo cubano como uma peça fundamental para o desenvolvimento do país.

3.1 – Congressos do PCC

3.1.1 - VI congresso do PCC, 2011

Artigo 5º da Constituição da República de Cuba: *El Partido Comunista de Cuba, martiano y marxista-leninista, vanguardia organizada de la nación cubana, es la fuerza dirigente superior de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista.*¹⁰⁸

O presente artigo da constituição da República de Cuba evidencia o porquê de ser indispensável analisar as decisões do órgão máximo¹⁰⁹ do PCC para compreender todas as mudanças que ocorrem e ocorrerão em Cuba. Como indica o artigo, o PCC é a força que dirige a sociedade e que a orienta na construção do socialismo. As decisões tomadas em congressos ditam então as linhas mestras pelas quais a política de Estado se orientará nos anos seguintes. E foi deste congresso que partiram as grandes mudanças que Cuba tem vindo a introduzir paulatinamente no país desde então.

As transformações ocorridas em Cuba nos últimos anos dão-se num contexto de consideráveis perturbações económico-financeiras que vinham a condicionar a normalidade da ilha nessas dimensões.

No documento onde constam os *lineamentos* são identificados vários fatores para essa situação: entre 1997 e 2009 a variação entre os preços das importações e exportações gerou prejuízos na ordem dos 10 mil 900 milhões de dólares em relação aos níveis de 1997. Em média, o poder de compra das exportações cubanas desceu 15%; durante a presidência de George W. Bush (2001-2008) registou-se um recrudescimento do bloqueio económico e financeiro que agravou a condição financeira de Cuba, situação que nem as medidas tomadas até então pela administração Barack Obama puderam melhorar¹¹⁰; no

¹⁰⁸ Constitución de la República de Cuba (2014), Havana, Editorial Mayor General Ignacio Agramonte y Loynaz

¹⁰⁹ O órgão máximo do PCC, e à semelhança de muitos outros partidos comunistas, é o congresso. O órgão superior entre congressos, com a responsabilidade por acompanhar e zelar pelo cumprimento das decisões lá tomadas, é o comité central.

¹¹⁰ Por esta altura Obama ainda não tinha terminado a primeira metade do seu primeiro mandato.

período de 1998 e 2008 Cuba foi afeitada de maneira severa por eventos meteorológicos, tendo dezasseis furacões causado perdas no valor de 20 mil 564 milhões de dólares; a nível interno a baixa eficiência, a descapitalização da base produtiva e das infraestruturas, aliadas a uma estagnação do crescimento populacional e envelhecimento da mesma contribuíram de maneira negativa para esta situação; o acumular das condicionantes referidas anteriormente levaram a que desde 2005 Cuba tivesse dificuldades em controlar o seu défice na balança de pagamentos e a conter o nível de endividamento externo.¹¹¹

O cenário de urgência vivido então levou a que as autoridades cubanas iniciassem o maior processo de transformações a nível económico e social já vivido na ilha desde que a revolução triunfou em 1959. Apesar de algumas destas mudanças terem-se iniciado previamente ao congresso, é com este evento que elas ganham força e ficam legitimadas no congresso do PCC.

Entre as medidas mais profundas contidas nos *lineamentos* estão:

- Mudanças estruturais no sector agropecuário através da entrega de terras ociosas pertencentes ao Estado a camponeses a título individual.¹¹²

- O reconhecimento de formas de gestão não estatal como partes integrantes da economia (embora não reconhecendo explicitamente a propriedade privada); reestruturação do emprego e dos salários através da redução de empregados em setores/empresas estatais com trabalhadores em excesso, considerando ao mesmo tempo as formas de gestão não estatal como uma alternativa de emprego para a população.¹¹³

- Pôr termo à política de igualitarismo seguida até então pelo governo através dos seus mecanismos de distribuição e redistribuição de rendimentos. Para alcançar isto pretende-se eliminar gratuidades indevidas e subsídios excessivos. Nos *lineamentos* consta o objetivo de eliminar progressivamente a *libreta de abastecimento*¹¹⁴, a medida mais paradigmática neste campo e o exemplo acabado de igualitarismo que o governo quer combater.¹¹⁵

¹¹¹ PCC (2011), *Lineamentos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento VI congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, pág. 7

¹¹² *Idem*, pág. 7

¹¹³ *Idem*, Lineamento 2, pág. 10

¹¹⁴ A *libreta de abastecimento* é um mecanismo social existente em Cuba que serve de meio para a população aceder a um cabaz de produtos básicos a preços subsidiados pelo Estado.

¹¹⁵ PCC (2011), *Informe Central al VI congreso del Partido Comunista de Cuba*, documento do VI congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, pág. 9

- A promoção e o agilizar do investimento estrangeiro como meio de atingir diversos objetivos económicos, entre eles o crescimento das exportações, a substituição de importações, a criação de alternativas de emprego e o aumento da receita pelo dinheiro injetado e cobranças de impostos.¹¹⁶

- Promover a criação de zona especiais de desenvolvimento como meio para aumentar as exportações e uma efetiva substituição das importações, atrair projetos de alta tecnologia, promover o desenvolvimento local e contribuir para novas fontes de emprego.¹¹⁷

- A partir da aprovação dos *lineamentos*, e embora não seja uma medida que crie mudanças estruturais ao modelo, os cubanos passaram a poder vender as suas casas.¹¹⁸

As medidas anteriormente referidas, mais outras tantas dezenas não mencionadas, têm como objetivos gerais eliminar o déficit de pagamentos, gerar lucros e substituir importações, dar resposta à ineficiência económica, gerar motivação no trabalho e criar condições infraestruturais e produtivas que permitam uma transição para uma etapa superior de desenvolvimento, tudo isto a curto prazo. Já a longo prazo, pretende-se que estas medidas levem à uma elevada autossuficiência alimentar e energética, a um uso eficiente do potencial humano, uma elevada competitividade das produções tradicionais e ao desenvolvimento de novas produções de bens e serviços de alto valor acrescentado.¹¹⁹

Resumindo, com a aprovação deste documento e com a posta em prática das medidas nele contidas o PCC garante que o sistema económico continuará baseado na propriedade socialista de todo o povo dos meios fundamentais de produção, onde continuará vigente o princípio de distribuição socialista “de cada qual segundo as suas necessidades, a cada qual segundo o seu trabalho”. Considera-se socialismo igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, e não o igualitarismo, ratificando-se o princípio que na sociedade socialista cubana ninguém fica desamparado.¹²⁰

3.1.2 - VII congresso do PCC, 2016

¹¹⁶ PCC (2011), *Lineamentos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento VI congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, Lineamento 97, pág. 18

¹¹⁷ *Idem*, Lineamento 103, pág. 19

¹¹⁸ *Idem*, Lineamento 297, pág. 37

¹¹⁹ *Idem*, pág. 10

¹²⁰ *Idem*, pág. 9

No ano de 2016 é realizado o VII congresso do PCC. Este evento político veio legitimar o caminho que se começou a percorrer em 2011 com a aprovação dos *lineamentos* no VI congresso do PCC. Apesar de a linha política manter-se ela virá a sofrer algumas atualizações e ratificações, fruto de mudanças no contexto regional. Para além das dificuldades económico-financeiras identificadas no VI congresso se manterem, Cuba encontrava-se e ainda se encontra num cenário político regional diferente daquele em que vivia em 2011. Por um lado, temos a crise económica e financeira da Venezuela, um dos seus principais parceiros comerciais, e a crise no Brasil, que embora não tão determinante quanto a da Venezuela no futuro de Cuba não deixa de ser um fator a ter em conta. Por outro lado, temos o restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e os EUA. Apesar dos avanços positivos concretizados por Obama já identificados neste trabalho, de uma maneira geral a situação económico-financeira de Cuba mantém-se delicada tal como a necessidade de continuar o processo de atualização do seu modelo económico e social.

Na resolução sobre a implementação dos *lineamentos* aprovados em 2011 consta que 21% do Lineamentos foram postos em prática na sua totalidade e 78% encontram-se em diferentes fases de implementação. Dos 313 Lineamentos aprovados no VI congresso do PCC 87,5% mantêm-se, são modificados ou fundidos entre si. São adicionados 50 novos perfazendo um total de 274 a serem implementados até 2021, data do próximo congresso.¹²¹ Segundo o informe central ao congresso realizado por Raúl Castro, a velocidade de implementação destas mudanças é em grande medida condicionada pela expressa vontade de não aplicar “terapias de choque”, que nas suas palavras resultam sempre mais prejudiciais para as camadas da população mais vulneráveis.¹²²

As grandes novidades contidas na atualização dos *lineamentos* para o período de 2016-2021 prendem-se com o económico, mais concretamente com o IDE. Pela primeira vez o PCC reconhece o capital 100% estrangeiro como uma forma de propriedade, algo que apesar de já ser contemplado em lei desde 1995 passa a ter um novo paradigma com a lei de investimento estrangeiro de 2014 e fica a partir de 2016 legitimado num congresso do PCC. Além disto, desde 2014 que estava inaugurada a ZEDM, concretizando o objetivo declarado no anterior congresso. Esta zona foi criada para ser o lugar de

¹²¹ PCC (2016), *Actualización de los Lineamentos de la Política Económico y Social del Partido y la Revolución*, documento do VII congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, pág. 4

¹²² PCC (2016), *Informe Central al VII congreso del Partido Comunista de Cuba*, documento do VII congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, pág. 4

excelência para a atracção do tão necessário IDE, indispensável para atingir os objetivos declarados no VI congresso e ratificados no VII. É reconhecido também, e agora de maneira expressa, que a propriedade privada é parte integrante do modelo de desenvolvimento socialista em Cuba e que as relações de mercado existem objetivamente, cabendo ao Estado o papel de regulá-las.¹²³

Os outros dois documentos aprovados neste congresso foram a Conceptualização do Modelo Económico e Social Cubano de Desenvolvimento Socialista e o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social até 2030: Visão Proposta para a Nação, Eixos e Sectores Estratégicos.

O primeiro documento serve para sistematizar os princípios do socialismo cubano, que de acordo com o documento estão baseados na dignidade, igualdade e plena liberdade do ser humano. O objetivo é apresentar de maneira resumida as características essenciais do ideal de sociedade socialista forjado durante o desenvolvimento da revolução. É também neste documento que ficam definidas as principais transformações ocorridas no momento histórico em que se insere atualmente o processo revolucionário.¹²⁴

O segundo documento serve de bússola para o sistema nacional de planificação e foi elaborado com o objetivo de orientar o desenvolvimento do país e resolver os desequilíbrios estruturais da economia cubana. Está alicerçado nos *lineamentos* aprovados no VI congresso e nas atualizações que estes sofreram no VII. O PCC considera-o a principal ferramenta para atingir os objetivos a que se propuseram na Conceptualização do Modelo Económico e Social Cubano de Desenvolvimento Socialista. A visão para a nação proposta neste documento define-se como soberana, independente, socialista, próspera e sustentável. Determina quais são os eixos estratégicos do país, ou seja, os pilares para que se chegue à visão idealizada: um governo eficaz, socialista e com integração social; a transformação produtiva e a inserção a nível internacional; o desenvolvimento da infraestrutura; o potencial humano, a ciência, a tecnologia e a inovação; os recursos naturais e o meio ambiente; o desenvolvimento

¹²³ PCC (2016), *Actualización de los Lineamentos de la Política Económico y Social del Partido y la Revolución*, documento do VII congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, Lineamento 2, pág. 6

¹²⁴ Valdés, Leonardo Andollo (2016), “Resolución sobre el Proyecto de Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista” (Online), consultado em 24.11.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/septimo-congreso-del-pcc/2016-04-19/resolucion-sobre-el-proyecto-de-conceptualizacion-del-modelo-economico-y-social-cubano-de-desarrollo-socialista-19-04-2016-01-04-40>

humano, a equidade e a justiça. Por fim, identifica os setores económicos estratégicos e estabelece a metodologia para aprofundar e culminar a análise realizada.¹²⁵

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social até 2030 apresenta alguns objetivos concretos em consonância com algumas das medidas já empregues pelo governo cubano com vista a atualizar o seu modelo económico e social, nomeadamente no que diz respeito ao IED e ao papel da propriedade privada no futuro do país, tópicos a serem desenvolvidos mais à frente neste capítulo. O ponto 126 deste plano traça o objetivo concreto de tornar Cuba um centro logístico regional aproveitando a sua posição geográfica. O terminal de contentores de Mariel, construído na ZEDM, é o apanágio deste objetivo. Sendo o desenvolvimento tecnológico um dos meios para concretizar o plano, o ponto 135 estabelece o investimento estrangeiro uma ferramenta indispensável para atingir esse desenvolvimento. O ponto 248 destaca a importância do desenvolvimento de atividades produtivas e comerciais de capital reduzido – pequenas e médias empresas – que possam fomentar cadeias produtivas com empresas de maior dimensão e promover o desenvolvimento local. As atividades priorizadas para este caso são a construção, produção de alimentos, reparações e manutenção de carros, eletrodomésticos, etc., ofertas complementares ao turismo, produções artesanais, transporte, em suma, as áreas onde atualmente existe uma forte presença do sector não estatal, seja pela via de pequenas empresas privadas ou CNA. O objetivo deste ponto é fomentar a competitividade destes serviços e a redução de custos fixos.¹²⁶

3.2 - O sector privado, as cooperativas não agropecuárias e o investimento direto estrangeiro

3.2.1 - Negócios privados/*cuentapropismo*

Como todas as economias capitalistas, desde a independência até à vitória do M-26-J a 1 de janeiro de 1959 a maioria dos meios de produção – pequenos, médios ou grandes – encontravam-se na esfera privada. Com o desenrolar dos acontecimentos

¹²⁵ Soto, Carlos Pérez (2016), “Resolución sobre el Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos” (Online), consultado em 24.11.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/septimo-congreso-del-pcc/2016-04-19/resolucion-sobre-el-plan-nacional-de-desarrollo-economico-y-social-hasta-2030-propuesta-de-vision-de-la-nacion-ejes-y-sectores-estrategicos-19-04-2016-01-04-35>

¹²⁶ PCC (2016), *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social Hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos*, VII congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, págs. 22 e 26

descritos no primeiro capítulo deste trabalho a economia sofreu um processo de progressiva estatização. Entre os anos de 1961 e 1963 as médias e grandes empresas foram nacionalizadas pelo novo governo revolucionário. No ano de 1968 o governo cubano lança a “ofensiva revolucionária” e expropria na prática todos os pequenos negócios que ainda se encontravam na esfera privada.¹²⁷

Desde a “ofensiva revolucionária” que a distribuição dos meios de produção em Cuba permaneceu quase inalterada. Em 1978, e pela primeira vez desde os acontecimentos de 1968, o governo reverte parte das restrições aplicadas à iniciativa privada abrindo 48 categorias para emprego por conta própria, nomeadamente no setor dos serviços e venda de produtos artesanais em mercados para o efeito. No ano de 1989 o número de trabalhadores por conta própria registados alcançou os 25,200. Com a crise iniciada em 1989, que causou uma queda no PIB na ordem dos 35% e uma queda de cerca de 85% dos rendimentos, muitos cubanos criaram os seus próprios empregos na economia informal. A severidade da crise vivida levou o governo cubano a legalizar vários destes micro negócios. Contudo, tal veio acompanhado de impostos pesados e uma regulação apertada para estas atividades, o que não impediu que muitos se registassem e se tornassem legais. Entre 1990 e 1995 milhares de cubanos passaram a trabalhar no setor privado, número que a partir de então não sofreria variações consideráveis até ao ano de 2011 (Anexo B).¹²⁸

É a partir de outubro de 2010, com a resolução 32/2010 emitida pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, que o *cuentapropismo* ganha um novo impulso. Esta resolução alarga o trabalho por conta própria a um total de 178 categorias.¹²⁹ A partir de 2011 as mudanças em Cuba sucedem-se a um ritmo mais acelerado, principalmente após a conclusão do VI congresso do PCC onde o trabalho por conta própria é enquadrado nos documentos do Partido. É neste mesmo ano que o Ministério do Trabalho e Segurança Social emite outra importante resolução no âmbito da iniciativa privada: a resolução 33/2011, que permite aos *cuentapropistas* a contratação de trabalhadores em qualquer uma das 178 atividades autorizadas.¹³⁰ Até ao final de 2011 já se encontravam emitidas

¹²⁷ Ritter, Archibald R.M (2017), “Private and Cooperative Enterprise in Cuba’s Economic Future”, *Social Research*, (Online), 84, 2, disponível em *B-on*, pág. 279

¹²⁸ *Idem*, pág. 279

¹²⁹ Resolução 32/2010 do Ministério do Trabalho e Segurança Social, consultado em 26.11.2018. Disponível em: http://www.postdata.club/issues/201708/docs/GO_E_012_2010.pdf

¹³⁰ Resolução 36/2010 do Ministério do Trabalho e Segurança Social, consultado em 26.11.2018. Disponível em: http://www.postdata.club/issues/201708/docs/GO_E_012_2010.pdf

cerca de 200 mil licenças para o desempenho de trabalho por conta própria. Os detentores de negócios privados passaram também a poder vender bens e serviços a entidades estatais. Outras medidas que também ajudaram a fomentar este setor foi a possibilidade de acederem a crédito bancário por parte do Estado, arrendar edifícios e outros espaços para desenvolver os negócios, tal como equipamento e maquinaria, podendo os provedores serem o Estado ou outros trabalhadores por conta própria. No que ao arrendar edifícios diz respeito, tal vem no seguimento do desejo do governo de reduzir a dimensão do Estado na economia do país. É comum muitos cubanos terem os negócios dentro das suas casas, algo que esta política pode tentar inverter criando espaços mais propícios ao desenvolvimento de algumas atividades, muito predominantes na esfera do trabalho por conta própria, como cabeleireiros, cafés ou restaurantes. Também foi concedida a possibilidade aos detentores destes negócios contratarem outros trabalhadores, algo até então impossível pois os negócios tinham que ficar na esfera familiar.¹³¹

Este conjunto de medidas levaram a que o sector não estatal chegasse a uma dimensão só encontrada no início dos anos 60. Cerca de 28,8% da população encontrava-se em 2015 a trabalhar na esfera não estatal da economia, estando a esmagadora maioria no setor privado (24,4%) e o restante no setor cooperativo (4,4%). Os trabalhadores do setor privado encontram-se distribuídos por atividades agrícolas (14,1%) e serviços (10,3%) (Anexo C). Fruto da sua natureza, a atividade privada na área dos serviços encontra-se principalmente nos centros urbanos, pois é lá que se encontram os trabalhadores qualificados para tal e um nível de procura suficiente para que possam sobreviver. A cidade de Havana é o caso mais paradigmático. Apesar de “só” possuir 20% da população do país é lá que se encontram mais de metade destes negócios.¹³² Fora o fator populacional, é preciso também ter em conta o facto de esta cidade ser a principal recetora de turistas na ilha, o que também leva a que muito do trabalho por conta própria, na capital, esteja direcionado para esta área.

A autorização dada pelo presidente Obama a exportações e importações para e do setor não estatal cubano poderia ser um contributo positivo para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do mesmo, mas a realidade leva a que tal possa apenas ter um impacto modesto, como por exemplo no crescimento do PIB de Cuba. A autora Emily

¹³¹ Gabriele, Alberto e Pavel Vidal Alejandro, “Cuban reforms at a crossroads” em Alberto Gabriele (2012) (org.), *The Cuban Economy After the VI Party Congress: Between State Socialism and Market Socialism*, Nova Science, pág. 153

¹³² Torres Ricardo Pérez (2017), “Updating the Cuban Economy: The First 10 Years”, *Social Research*, (Online), 84, 2, disponível em *B-on*, pág. 263

Morris identifica três fatores para que assim seja. Em primeiro lugar as atividades do sector não estatal já provinham de uma dinâmica de crescimento, embora em boa parte inserido na economia informal; segundo, as restrições ainda existentes que compõem o bloqueio económico e financeiro continuam a criar obstáculos legais, logísticos e de pagamentos que condicionam as exportações do sector não estatal cubano para os EUA; terceiro, o sector não estatal de Cuba está essencialmente virado para o mercado interno e exportações internas (turismo e atividades relacionadas), em vez de negócios que pudessem contribuir para as exportações.¹³³ Apesar destas autorizações em concreto não contribuírem em grande medida para o desenvolvimento deste sector, medidas como a liberalização das viagens de cidadãos dos EUA para Cuba têm um impacto muito positivo nas atividades do sector não estatal direcionadas para o turismo. Impacto positivo este que está a ser colocado em causa pelas medidas de Donald Trump, como foi explicado no capítulo anterior.

Apesar da liberalização da atividade por conta própria e a criação de alguns meios para que estas atividades possam crescer continuam a existir constrangimentos que impedem as mesmas de desenvolver-se. O mais determinante é o sistema tributário. A faturação que exceda os 50 mil pesos anuais pode ser taxada em 50%, isto sem ter em conta as deduções pelos custos de produção, tal como materiais para as atividades ou força de trabalho. Apenas 10% a 40% das despesas são dedutíveis à faturação, apesar de essas mesmas despesas poderem representar uma percentagem muito maior da faturação. Outro exemplo é o imposto que estes pequenos empresários têm que pagar por cada empregado que contratam, o que, a juntar às restantes taxas, pode levar a que a tributação da faturação possa exceder bastante os 50%. Além disso, este último caso em particular propicia que os pequenos empresários cubanos contratem trabalhadores à margem da lei. Esta realidade contrasta em grande medida com a tributação feita ao investimento estrangeiro, que goza de benefícios fiscais muito mais atrativos.¹³⁴ Ainda assim é preciso ter em conta que esta política fiscal vai de encontro com a atualização aos *lineamentos* do VII congresso do PCC, cujo *lineamento* três declara “nas formas de gestão não estatal não se

¹³³ Morris, Emily, “How Will US-Cuban Normalization Affect Economic Policy in Cuba?” em Eric Hershberg e William M. LeoGrande (2016) (orgs.), *A New Chapter in Cuba-USA Relations: Social, Political, and Economic Implications*, Washington D.C, Palgrave Macmillan, pág. 116

¹³⁴ Ritter, Archibald R.M (2017), “Private and Cooperative Enterprise in Cuba’s Economic Future”, *Social Research*, (Online), 84, 2, disponível em *B-on*, págs. 281 e 282

permitirá a concentração da propriedade e da riqueza em pessoas jurídicas ou naturais, que serão reguladas.”¹³⁵

Outro problema com que o sector não estatal se depara em Cuba é a ausência dum mercado grossista, um serviço prestado em Portugal por empresas como a Makro. A ausência deste serviço – a somar à crónica pouca oferta de produtos, uma consequência tanto da fraca capacidade produtiva do país como do bloqueio económico dos EUA - tem impacto na disponibilidade de bens essenciais nos mercados a que a generalidade da população cubana acode. A título de exemplo, negócios não estatais em áreas como a restauração necessitam de bens alimentares em volumes consideráveis. Ao deslocarem-se aos mercados onde o cidadão comum se abastece criam recorrentemente situações de desabastecimento pois os mercados retalhistas não têm capacidade de atender à procura de ambas as partes. Esta situação prejudica tanto o cidadão comum, que se vê privado de aceder a vários produtos elementares como o detentor do negócio, que por um lado também tem dificuldade em adquirir as quantidades necessárias de produtos para se manter em atividades, e por outro não tem uma opção a preços mais acessíveis, que os mercados grossistas costumam garantir. É necessário ter em conta a pequena corrupção que esta situação gera. Existe a prática por parte de *cuentapropistas* em corromper funcionários dos mercados retalhistas. Resumidamente, a troco de um ganho monetário os funcionários destes estabelecimentos são encorajados a desviar produtos que são posteriormente adquiridos e colocados à venda por *cuentapropistas* a preços que podem ser o dobro do que seriam caso estivessem nas estantes dum mercado retalhista do governo. Fora as situações de desabastecimento já referidas, ficam também criadas as condições para a prática de especulação com produtos básicos essenciais.¹³⁶

3.2.2 - Cooperativas não agropecuárias

Desde o triunfo da revolução o sector cooperativo foi uma peça importante na economia cubana e na organização do trabalho e meios produção, nomeadamente a terra.

¹³⁵ PCC (2016), *Actualización de los Lineamientos de la Política Económico y Social del Partido y la Revolución*, documento do VII congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, Lineamento 3, pág. 6 (tradução minha)

¹³⁶ Guerrero, Lissy Rodríguez (2018), “Los frutos de la indolencia: Cimex revela detalles del acaparamiento en La Puntilla y su investigación (Online), consultado em 28.11.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/cuba/2018-09-11/los-frutos-de-la-indolencia-11-09-2018-22-09-52?page=35>

Apesar de o mesmo já existir anteriormente ao triunfo revolucionário, é somente quando a lei da reforma agrária entra em vigência que se começam a dar as experiências cooperativas em maior escala.

A aprovação da primeira lei da reforma agrária veio instaurar um limite máximo de 402 hectares sobre a propriedade da terra para privados. Posteriormente, por meio da segunda lei da reforma agrária de 1963, este limite foi reduzido para 67 hectares. Uma considerável parte da terra, como as grandes plantações de cana de açúcar, ficaram na posse do Estado e o restante foi distribuído por pequenos agricultores. Seriam estes pequenos proprietários que dariam início a atividade cooperativa na terra. A conjunção voluntária dos seus meios e terras foi incentivada pelo governo através do estabelecimento de cooperativas, de modo a maximizar a capacidade produtiva dos terrenos pertencentes a estes pequenos agricultores. Foi inclusive fundada uma organização de massas que ainda hoje é uma das maiores do país: Associação Nacional de Agricultores Pequenos. Até 2011 o sector cooperativo manter-se-ia uma realidade exclusiva dos campos cubanos sofrendo inúmeras atualizações à medida que eram identificados erros e ineficiências durante a construção deste modelo.¹³⁷ Os três principais modelos criados e ainda hoje vigentes são:

- Cooperativas de Créditos e Serviços, surgidas durante os anos 60 por iniciativa dos pequenos agricultores surgidos da reforma agrária. Surgem da necessidade destes camponeses de agilizar o recebimento e distribuição de insumos (fertilizantes, sementes, etc.) para as suas produções e receber de maneira centralizada financiamento do governo. Nestes casos os agricultores trabalham a terra individualmente, cooperando em tudo o resto que diga respeito à atividade.¹³⁸

- Cooperativas de Produção Agropecuária, criadas na segunda metade da década de 70 após discussão no primeiro congresso do PCC. A finalidade desta modalidade de cooperativas visa a união voluntária de terras e outros meios de produção de pequenos agricultores para a exploração coletiva e melhorar o aproveitamento da terra a nível quantitativo e qualitativo.¹³⁹

¹³⁷ Guethón, Reynaldo Jimenez e Niurka Padrón Sánchez, “Nonfarm Cooperatives in the Current Cuban Context: Challenges and Perspectives” em Jorge I. Dominguez *et.al* (2017) (orgs.), *Social Policies and Decentralization in Cuba: Change in the Context of 21st-Century Latin America*, Cambridge, Harvard University David Rockefeller Center for Latin American Studies, pág. 117

¹³⁸ Sobre as Cooperativas de Créditos e Serviços, consultado em 29.11.2018. Disponível em: https://www.ecured.cu/Cooperativas_de_Cr%C3%A9ditos_y_Servicios

¹³⁹ Sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária, consultado em 29.11.2018. Disponível em: https://www.ecured.cu/Cooperativas_de_Producci%C3%B3n_Agropecuaria

- Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), instauradas a partir de 1993 como resposta à difícil situação vivida pelo sector agrícola cubano no contexto do *período especial*.¹⁴⁰ Estas cooperativas foram criadas por iniciativa do governo e os seus constituintes são antigos trabalhadores de quintas do Estado. As UBPC exploram terras concessionadas pelo governo onde predominam as grandes explorações de cana de açúcar, mas não só. Apesar das terras continuarem a ser propriedade do Estado as UBPC gozam de uma larga autonomia e são responsáveis pela aquisição dos meios para trabalhar a terra e definição dos salários dos seus associados, entre outras responsabilidades. A sua criação foi a maior transformação vivida pelo sector agrícola cubano desde a aprovação da lei da primeira reforma agrária.¹⁴¹

Com o VI congresso do PCC o modelo cooperativo cubano transforma-se uma vez mais com a introdução da modalidade de CNA. Entre os *lineamentos* aprovados neste congresso o 25 reconhece o cooperativismo como uma forma socialista de propriedade coletiva.¹⁴² O reconhecimento deste modo de propriedade como socialista legitima a sua implementação e promoção, algo muito importante para o seu crescimento num contexto de mudanças em Cuba. Para dar um enquadramento legal a esta nova modalidade de cooperativismo foi elaborado e aprovado pelo Conselho de Estado, no final de 2012, o decreto-lei nº 305/2012 que viria a formalizar a criação das CNA.¹⁴³

A propriedade CNA encontra-se essencialmente concentrada no sector dos serviços. Muitos negócios como as cafetarias, restaurantes, cabeleireiros/salões de beleza, que anteriormente estavam sob a alçada dos respetivos ministérios, foram transformados em cooperativas tendo sido dada a opção aos trabalhadores que já lá desempenhavam funções de se tornarem sócios das mesmas (isto apesar das CNA poderem partir da iniciativa de cidadãos). À semelhança do que aconteceu com as UBPC, o Estado manteve a propriedade das instalações – que passou a arrendar – enquanto as restantes obrigações passaram para a responsabilidade da cooperativa. Uma vez pagos todos os impostos e atendidas as demais responsabilidades para com o Estado, cabe aos cooperativistas decidirem os salários dos seus sócios e distribuírem como entenderem os seus lucros.

¹⁴⁰ Nome dado aos primeiros anos da década de 90 em Cuba, caracterizados por uma forte crise económica causada pela queda da URSS.

¹⁴¹ Sobre as Unidades Básicas de Produção Cooperativa, consultado em 29.11.2018. Disponível em: https://www.ecured.cu/Unidades_B%C3%A1sicas_de_Producci%C3%B3n_Cooperativa

¹⁴² PCC (2011), *Lineamentos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento VI congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, Lineamento 25, pág. 12

¹⁴³ Decreto-lei 305/2012 “De las cooperativas no agropacuarias”, consultado a 29.11.2018. Disponível em: http://www.mincin.gob.cu/wp-content/uploads/2018/09/GO_X_053_2012.pdf

Estas entidades podem manter relações contratuais com outras cooperativas, entidades estatais e outras organizações não estatais como negócios privados. A atividade comercial pode ser realizada sem intermediários e de acordo com o tipo de negócio a que está autorizada. É também possível criar cooperativas de segundo grau, ou seja, uma associação de várias cooperativas que mantêm a sua independência de modo a criar serviços complementares que possam acrescentar valor aos produtos ou serviços dos seus parceiros.¹⁴⁴

Todas estas mudanças conferem um grau de liberdade económica até então desconhecida por estes trabalhadores. Apesar da autonomia garantida a este modo de propriedade o Estado veda a possibilidade de que a posse destas CNA, fruto da sua condição de propriedade social, possa ser transmitida para outra cooperativa ou formas de gestão não estatal.¹⁴⁵

À semelhança dos objetivos que levaram à liberalização do trabalho por conta própria, a criação das CNA tem como propósito libertar o governo de atividades económicas de menor dimensão como as já referidas. Tem também o propósito de estimular a produtividade do e no trabalho e garantir a criação de serviços de qualidade para os cidadãos. Além disso, sendo este modo de propriedade de natureza coletiva e muito mais democrático – todas as decisões relacionadas com o negócio são debatidas pelos associados em assembleia de cooperativa, onde os direitos e deveres são os mesmos, ao invés da decisão individual do patrão – ele encontra-se mais enquadrado nos valores éticos e morais que a revolução cubana promove.

Desde a sua criação em 2012 o sector cooperativo não agropecuário cresceu em número de cooperativas todos os anos. Em 2013 – ano em que surgiram as primeiras – existiam 198 cooperativas, em 2014 chegou-se às 345, sendo que nos anos de 2015 e 2016 o crescimento foi mais modesto, para 367 e 383 respetivamente. No que diz respeito à sua distribuição geográfica, das 383 CNA, 208 estavam concentradas na província de Havana, 67 na província de Artemisa e todas as restantes províncias possuíam menos de 20 (Anexo D). A distribuição por atividade económica é, também com dados de 2016, a seguinte: 131 destinadas ao comércio e serviços à habitação (ex. reparações), 102 em hotelaria e restauração, 60 dedicadas à construção, 49 em manufatura (ex. artesanato ou

¹⁴⁴ PCC (2011), *Lineamentos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento VI congresso do Partido Comunista de Cuba, Havana, Lineamentos 27, 28 e 29, págs. 12 e 13

¹⁴⁵ *Idem*, Lineamento 26, pág. 26

materiais de construção) e as restantes distribuídas por transporte, fornecimento de eletricidade, gás e água, comunicações, entre outros serviços.¹⁴⁶

Apesar da paulatina evolução deste sector ainda existem vários problemas com que as CNA se deparam. Entre eles temos a morosidade da aprovação de licenças de novas cooperativas; tanto representantes do Estado como membros das cooperativas continuam a não participar o suficiente nas formações disponibilizadas pelas instituições governamentais; falta de aconselhamento legal para indivíduos que possam aspirar a tornarem-se sócios de uma cooperativa, levando a que potenciais interessados não considerem sequer a hipótese de se associarem a uma; a insuficiência de espaços publicitários para as cooperativas promoverem ou seus serviços e dar a conhecer casos de sucesso; à semelhança do que acontece com os *cuentapropistas*, também as CNA carecem de um mercado grossista onde se possam abastecer.¹⁴⁷ Ainda assim, e ao contrário dos negócios privados, as CNA de Havana já contam com um mercado grossista para se abastecerem de produtos alimentares (onde também se podem abastecer os negócios estatais que necessitem).¹⁴⁸ Apesar de ser um avanço assinalável, este serviço tem necessariamente que se expandir para as restantes províncias e abarcar também os negócios privados de modo a criar condições para que estas duas modalidades de propriedade possam continuar a florescer no resto do país. A prioridade dada às CNA no acesso ao mercado grossista, e isto apesar de existirem em menor quantidade que os negócios privados, pode ser interpretada pela preferência que o PCC tem por este tipo de propriedade, fruto dos motivos já assinaladas anteriormente.

No geral, a introdução das CNA na vida económica e social de Cuba gerou vários resultados positivos. Contribuem para o aumento de bens e serviços disponíveis para a população, criou mais oportunidades de emprego para os cubanos, estimula a produtividade pelo sentimento de pertença e responsabilidade que a cooperativa gera e

¹⁴⁶ Guethón, Reynaldo Jiménez e Niurka Padrón Sánchez, “Nonfarm Cooperatives in the Current Cuban Context: Challenges and Perspectives” em Jorge I. Domínguez *et.al* (2017) (orgs.), *Social Policies and Decentralization in Cuba: Change in the Context of 21st-Century Latin America*, Cambridge, Harvard University David Rockefeller Center for Latin American Studies, pág. 128, 129, 130 e 131

¹⁴⁷ *Idem*, pág. 134

¹⁴⁸ Cabo, Modesto Gutierrez e Susana Antón (2018), “Inauguran primer mercado mayorista de alimentos en Cuba” (Online), consultado em 01.12.2018. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2018/03/16/inauguran-primer-mercado-mayorista-de-alimentos-en-cuba-fotos/#.XBKMeFz7TIU>

cria mais espaços de democracia participativa, enquanto promove um sentimento de coletivo.¹⁴⁹

3.2.3 - Investimento direto estrangeiro

Entre as várias mudanças que o processo de atualização do modelo económico e social tem criado em Cuba, a crescente participação do IDE na economia nacional é um dos principais marcos e vetores para atingir os objetivos a que o PCC se propôs a partir do seu VI congresso. Embora o IDE já fosse uma realidade desde os anos 80 a sua evolução em Cuba deu-se de forma paulatina tendo momentos altos e baixos. Só a partir do VI congresso - onde é reconhecido o papel central do IDE para o desenvolvimento do país -, da lei de investimento estrangeiro de 2014 - que muda o paradigma do IDE em Cuba – e o estabelecimento da ZEDM também em 2014, é o que o investimento estrangeiro passa a reunir as condições legais e políticas para se tornar uma peça chave no desenvolvimento económico de Cuba.

A primeira regulação a criar a possibilidade de negócios conjuntos entre empresas estatais cubanas e empresas estrangeira foi o decreto lei nº 50/1982. Esta lei foi a que deu aval ao primeiro negócio realizado entre o Estado cubano e uma empresa estrangeira. A estreia dá-se em 1988 com uma associação económica cubano-espanhola para a construção e exploração de hotéis dedicados ao turismo. Alguns anos mais tarde, e já num contexto de uma severa crise económica resultante da queda do campo socialista e da URSS, dão-se as primeiras grandes mudanças no campo do investimento estrangeiro. Em 1992 é levada em Cuba uma reforma constitucional que, entre as muitas mudanças, passa a reconhecer os direitos de propriedade de sociedades e associações económicas com capital estrangeiro. A esta reforma constitucional seguiu-se a lei nº 77/1995 que passa a enquadrar legalmente as novas possibilidades que a revisão constitucional de 1992 passou a garantir.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Guethón, Reynaldo Jiménez e Niurka Padrón Sánchez, “Nonfarm Cooperatives in the Current Cuban Context: Challenges and Perspectives” em Jorge I. Domínguez *et.al* (2017) (orgs.), *Social Policies and Decentralization in Cuba: Change in the Context of 21st-Century Latin America*, Cambridge, Harvard University David Rockefeller Center for Latin American Studies, pág. 134

¹⁵⁰ Alejandro, Pavel Vidal, Omar Everleny Pérez Villanueva e Saira Pons Pérez (2012), *La Inversión Extranjera y de la Unión Europea en Cuba*, Havana, Centro de Estudios de la Economía Cubana, pág. 3

Esta legislação define as prerrogativas e garantias dos investidores estrangeiros, o regime laboral dos trabalhadores que lá desempenhem a sua atividade, os potenciais destinos dos investimentos e as diferentes modalidades de negócios. As modalidades são as seguintes: empresa de capital totalmente estrangeiro; empresa mista; contrato de associação económica internacional. Entre as garantias atribuídas aos investidores temos: os investimentos não podem ser expropriados, salvo situações de utilidade pública ou interesse social declarados pelo governo, estando garantidas as indemnizações; os lucros, valor da indemnização da expropriação (caso se verifique), ou vendas de participações no investimento podem ser enviados para o exterior livremente sem ter que pagar impostos; garantem-se vários benefícios fiscais como a isenção de impostos sobre o rendimento individual, o pagamento à segurança social e impostos sobre a força de trabalho.¹⁵¹

Nos primeiros 30 anos de investimento estrangeiro em Cuba, sendo o ponto de partida o primeiro contrato assinado em 1988, a maioria dos negócios efetuados foram dentro da modalidade de empresa mista ou contratos de associação internacional. Até ao encerramento de 2009, estas duas modalidades em conjunto representavam 70% de todo o investimento estrangeiro realizado em Cuba num total de 307 negócios. Sobre a distribuição destes investimentos por sectores as percentagens são as seguintes: 46% outros, 16% turismo, 14% petróleo, 10% agroalimentar, 5% transporte marítimo, 5% construção e 4% saúde e biotecnologia (Anexo E).

Durante os anos 90 o crescimento de negócios com participação estrangeira conheceu um *boom*, algo que viria a diminuir nos primeiros anos do novo milénio. Tal deve-se ao facto de ter sido por esta altura que se começou a fazer o primeiro balanço dos investimentos, o que revelou que muitos não cumpriam o papel social para que tinham sido aprovados, não honravam os valores de exportação acordados ou possuíam balanços financeiros negativos. Em muitos casos o procedimento adotado foi a sua liquidação.¹⁵²

Até 2014 o paradigma do IDE em Cuba manteve-se inalterado quer pelo volume de negócios, quer pelo seu enquadramento legal. Isto contrastava com as crescentes dificuldades económico-financeiras de Cuba e a cada vez maior necessidade de atrair capital estrangeiro para atender às necessidades de desenvolvimento da ilha. Para conseguir atingir um crescimento anual do PIB na ordem dos 5%-7% as autoridades cubanas consideravam necessário um investimento estrangeiro anual na ordem dos 2 a

¹⁵¹ *Idem*, pág. 4

¹⁵² *Idem*, pág. 5

2,5 mil milhões de dólares numa etapa inicial, tendo que o mesmo crescer com o tempo para manter os níveis de crescimento desejados.¹⁵³

É neste contexto e tendo em conta o objetivo de crescimento a que o governo se propôs que a lei nº 118/2014 (lei de investimento estrangeiro). Tal como vem escrito na lei, o seu objetivo é – através do investimento estrangeiro – aceder a financiamento externo, tecnologias e novos mercados, assim como inserir produtos e serviços cubanos em cadeias internacionais de valor e gerar efeitos positivos na indústria doméstica, contribuindo assim para o crescimento da nação.¹⁵⁴

Alguns dos princípios desta lei são: o investimento estrangeiro é um elemento fundamental para o crescimento de certos sectores e atividades económicas; os projetos que promovam cadeias de produção serão incentivados; o investimento estrangeiro estará orientado para a exportação e substituição de importações, a modernização, a criação de infraestrutura e a transformação tecnológica; serão autorizados negócios de capital 100% estrangeiro, principalmente em investimentos que visem o desenvolvimento da infraestrutura industrial; o Estado manterá sempre uma participação maioritária nos sectores de extração de recursos naturais, desenvolvimento biotecnológico, mercados grossistas e turismo.¹⁵⁵

No que diz respeito às novidades da lei nº 118/2014 relativamente à anterior lei de investimento estrangeiro - lei nº 77/1995 -, as principais mudanças legais são: estipula que novos projetos devem ser aprovados ou rejeitados num prazo de 60 dias desde a sua apresentação, ao mesmo tempo que agiliza todos os trâmites para tal; o conselho de estado aprovará todos os negócios que envolvam o uso de bens de domínio público; são criadas provisões para tratar dos investimentos já realizados quando se der a reunificação monetária; o conselho de ministros pode transmitir a autoridade para a aprovação de projetos para a Organização de Administração Central do Estado; nos primeiros 8 anos a taxa sobre os lucros será de zero, sendo que em casos excecionais poderá estender-se por mais anos; posteriormente os lucros serão taxados a 15% mas, se reinvestidos no país, a isenção mantém-se. Neste aspeto temos um grande contraste com as taxas aplicadas ao

¹⁵³ Villanueva, Omar Everlery Pérez, “Foreign Direct Investment in Cuba: A Necessity and a Challenge” em Eric Hershberg e William M. LeoGrande (2016) (orgs.), *A New Chapter in Cuba-USA Relations: Social, Political, and Economic Implications*, Washington D.C, Palgrave Macmillan, pág. 147

¹⁵⁴ Lei nº 118/2014 “Ley de inversión extranjera”, consultado em 03.12.201. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/html/leyinversionextranjera.html#OC>

¹⁵⁵ *Idem*, pág. 148

amparo da lei nº 77/1995 que taxava os lucros a 30%, sendo que em casos que envolvessem recursos naturais a taxa era de 50%.¹⁵⁶

Além da nova lei de investimento estrangeiro o ano de 2014 veio também a ser o da inauguração da ZEDM. Esta zona foi concebida como uma zona franca comercial e industrial que se estende por uma área de 465,4 km² situada 45km a oeste de Havana. Geograficamente a ZEDM encontra-se no centro da região das Caraíbas e da América, onde se localizam alguns dos principais portos da região, sendo esta uma posição estratégica. É tendo em conta isto que foi construído o terminal de contentores de Mariel. Espera-se que a ZEDM se desenvolva em torno deste terminal, que é neste momento o maior das Caraíbas. Os objetivos que acompanham a construção deste terminal em particular, e a criação da ZEDM em geral, são: contribuir para o desenvolvimento nacional; gerar exportações e substituir importações; propiciar a transferência de tecnologia de ponta, o seu *know-how* e habilidades que digam respeito à gestão de negócios; atrair investimento estrangeiro; gerar novas fontes de emprego e financiamento a longo prazo; proporcionar sustentabilidade ambiental; desenvolver a infraestrutura necessária para o desenvolvimento económico; criar um sistema logístico que permita altos níveis de eficiência nos processos de importação, exportação e distribuição; estimular o estabelecimento de empresas nacionais e estrangeiras; garantir a sua articulação com o resto da economia.¹⁵⁷

Para além das vantagens geográficas e infraestruturais que a zona oferece, a ZEDM garante aos investidores um regime fiscal que vai mais longe que as medidas contempladas na lei de investimento estrangeiro de 2014. Qualquer empresa estabelecida neste território, seja estrangeira ou nacional, goza de inúmeras isenções fiscais, tais como: imposto sobre a força de trabalho; imposto sobre os lucros durante 10 anos, sendo que se o ministério das finanças entender este período pode ser alargado; imposto aduaneiro sobre bens, equipamentos e outros meios utilizados para o investimento a realizar; imposto sobre todas as vendas durante o primeiro ano; contribuição para o desenvolvimento local. Uma vez terminado o período de isenções de cada investimento, as obrigações com o Estado cubano são as seguintes: 12% de imposto sobre os lucros; 1% sobre os bens vendidos ou serviços prestados; 14% de contribuição para a segurança social sobre a força de trabalho. À semelhança dos investimentos feito ao abrigo da lei nº 118/2014, os

¹⁵⁶ *Idem*, pág. 149 e 150

¹⁵⁷ León, Lourdes Dávalos (2014), “El Régimen Jurídico de la Zona Especial de Desarrollo de Mariel en Cuba”, *Actualidad Jurídica*, (Online), 37, disponível em *B-on*, págs. 167 e 169

investidores podem transferir os seus fundos para o exterior sem lhes ser cobrada qualquer taxa e a contratação de trabalhadores cubanos terá que ser feita por meio de entidades empregadoras do governo cubano.¹⁵⁸

Ao fim de cinco anos a ZEDM conta com 41 negócios aprovados sendo que 15 já se encontram a funcionar. Cinco destes investimentos são de capital 100% cubano, 23 de 100% estrangeiro, 11 são empresas mistas e duas são associações económicas internacionais. O montante de investimento destes 41 projetos corresponde a 1 663 milhões de dólares e foram gerados 5791 postos de trabalho (Anexo F). Os projetos são provenientes de um total de 19 países, sendo um deles da empresa portuguesa de construção Engimov Construcciones S.A.^{159 160}

Apesar dos avanços qualitativos que tanto a lei nº 118/2014 e a criação da ZEDM representam, os valores até agora atingidos estão muito aquém dos objetivos do governo cubano e das necessidades do país. Os EUA poderiam ser um dos grandes protagonistas nesta abertura de Cuba ao IDE, mas a continuação do bloqueio económico e financeiro ainda é um entrave para que tal aconteça. O restabelecimento das relações diplomáticas foram um início promissor, mas insuficiente. Com a nova administração dos EUA este cenário ficou ainda mais distante. Contudo, existe o interesse tanto das autoridades cubanas como de vários agentes económicos dos EUA em reforçar os laços comerciais entre os dois países. Os sectores que mais poderiam beneficiar desta aproximação seriam o turismo, a biotecnologia (área em que ambos os países se destacam mundialmente) e na agricultura/agroindústria. Para este último sector em particular existe um forte grupo de pressão de empresários e políticos do sul dos EUA (uma considerável parte do partido republicano). Sendo a agropecuária uma importante atividade económica para os estados do Sul, Cuba é um mercado com enormes potencialidades para os produtores desta região poderem escoar os seus produtos. O fim do bloqueio económico e financeiro seria benéfico quer para os EUA e seus empresários, quer para Cuba. Além do reforço das relações comerciais entre os dois países o fim do bloqueio criaria condições para que

¹⁵⁸ *Idem*, pág. 174

¹⁵⁹ Ferrer, Lisset Izquierdo, Edilberto Carmona Tamayo e Lisandra Romeo Matos (2018), “ZEDM atrae 474 millones de dólares, el mayor monto de inversión en cinco años” (Online), consultado em 05.12.2018. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2018/10/30/zedm-logra-captar-este-ano-por-vez-primera-el-mayor-monto-de-inversion/#.XBbcVFz7TIV>

¹⁶⁰ *Sem autor* (2017), “Compañía portuguesa aprobada para la Zona del Mariel impactará en sector de la construcción” (Online), consultado em 05.12.2018. Disponível em: http://www.cubadebate.cu/noticias/2017/04/20/compania-portuguesa-aprobada-para-la-zona-del-mariel-impactara-en-sector-de-la-construccion/#.XBb_plz7TIU

terceiros viessem investir em Cuba, pois já não correriam o risco de antagonizar os EUA.^{161 162}

¹⁶¹ Linares, Anamary Maqueira, “Potencialidades de la inversión extranjera directa” em Ricardo Torres *et.al* (2015) (orgs.), *Cuba en un Nuevo Escenario: Perspectivas de Desarrollo Económico*, Havana, Publicaciones Acuario, págs. 75 e 76

¹⁶² *Sem autor* (2018), “Sector agrícola EEUU apela al Trump empresario para levantar embargo a Cuba” (Online), consultado em 10.12.2018. Disponível em: <https://www.elnuevodiario.com.ni/internacionales/478952-estados-unidos-embargo-cuba/>

CONCLUSÕES

Uma vez contextualizadas historicamente as relações de Cuba com os EUA, e após análise das relações dos dois países no período de 2015-2017 mais das transformações que Cuba tem vivido nos últimos anos, é possível tirar algumas conclusões.

Fica claro que é impossível falar de Cuba sem falar dos EUA. A história dos dois países cruza-se ao longo do tempo por fatores geográficos, económicos e políticos. As contradições geradas pela sua condição de neocolónia face aos EUA viriam culminar numa revolução acompanhada do objetivo de acabar com a condição de país dependente. Apesar de inicialmente reformista, a política seguida pelo governo que emergiu do triunfo de 1 de janeiro de 1959 liderado por Fidel Castro rapidamente encontrou resistência nos EUA, país que até então dominava a maior ilha das Antilhas em todos os planos: económico e consequentemente político.

À medida que o M-26-J ia pondo em prática o seu programa também a relação com os EUA se deteriorava em igual medida. As dissonâncias e os interesses inconciliáveis rapidamente fizeram com que estas contradições levassem as relações dos dois países do desentendimento para o conflito. É neste contexto que entra um novo interveniente: a URSS. Na mesma proporção que os EUA penalizavam Cuba por ousarem aplicar um programa de governo que punha em causa os seus interesses, a URSS aparecia para mitigar as consequências desse conflito assumindo a quota de produção de açúcar cubano e passando a vender petróleo a Cuba quando os EUA deixaram de o fazer. É possível concluir que, até certo ponto, foi a intransigência e as crescentes agressões dos EUA que levaram Cuba a declarar o carácter socialista da sua revolução e consequentemente a alinharem-se com o campo socialista liderado pela URSS. Estes anos de instabilidade marcariam a natureza da relação entre Cuba e os EUA nos 55 anos seguintes.

Só na última metade do segundo mandato de Barack Obama é que a relação dos dois países viria a conhecer uma nova dinâmica. O anúncio histórico de 17 de dezembro de 2014 que deu a conhecer ao mundo a intenção dos presidentes de ambas as nações de restabelecer as relações diplomáticas gerou muitas expectativas e esperanças. Os anos de 2015 e 2016 registaram avanços qualitativos e quantitativos na relação até então sem igual. É preciso ter em conta que, apesar da melhoria das relações em todos os quadrantes, a política externa dos EUA relativamente a Cuba não conheceu mudanças estruturais. O

bloqueio económico e financeiro e a promoção de dissidentes cubanos através de financiamento via orçamento de Estado continuou durante a última metade do segundo mandato de Barack Obama. Apesar de Barack Obama ter promovido as mais importantes e positivas medidas para melhorar a relação dos dois países, considera-se que esta postura configura uma mudança de tática/métodos na persecução do objetivo que todas as anteriores administrações dos EUA tiveram: a mudança de regime.

Ao contrário de grande parte dos seus antecessores que optaram por uma postura de confrontação assente na lógica do *hard power*, Barack Obama privilegiou o *soft power*. As viagens para Cuba foram liberalizadas, o que permite que mais cidadãos dos EUA se desloquem à ilha e dessa maneira promovam indiretamente os valores e modo de vida dos EUA; reforçou-se a cooperação no sector das tecnologias, o que permitirá que mais cubanos possam aceder de maneira mais rápida e em quantidade a informação, onde se inclui a proveniente dos EUA; algumas das medidas que aliviaram o bloqueio económico e financeiro têm o propósito de dinamizar o sector privado cubano, uma parcela da população que os EUA veem como potenciais dinamizadores das mudanças em Cuba. Resumindo, estas medidas visam promover uma mudança em Cuba a partir de dentro em detrimento da opção de forçar essa mudança a partir de fora.

A subida à presidência de Donald Trump em janeiro de 2017 veio iniciar um momento de refluxo na evolução positiva das relações Cuba-EUA. À semelhança dos presidentes que precederam Obama, Donald Trump opta também pela via do confronto para atingir objetivos políticos em Cuba. Várias medidas de Barack Obama foram revertidas ao longo do ano de 2017, sendo as mais importantes as que tocam no tema das viagens. Com Donald Trump os cidadãos dos EUA voltam a ter entre si e uma potencial viagem para Cuba inúmeros obstáculos que desincentivam as viagens à maior das Antilhas. Contudo, a principal consequência da política de Donald Trump é a quase paralisação das embaixadas destes países. Na prática, isto leva as relações diplomáticas para os níveis mais baixos desde a abertura das embaixadas.

Apesar de a presidência de Donald Trump iniciar um retrocesso nas relações Cuba-EUA pode-se concluir que as mudanças não revertem a esmagadora maioria das medidas da administração Obama: os aviões comerciais e cruzeiros dos EUA continuam a chegar à ilha; apesar de muito fragilizadas as relações diplomáticas mantêm-se; Cuba não regressou à lista de países que patrocinam o terrorismo; os investimentos de empresas dos EUA em certos sectores da economia cubana continuam a ser permitidos;

políticas migratórias como a “pés secos, pés molhados” ou o *Cuban Medical Professional Parole Program* não voltaram a ser aplicadas.

É necessário realçar que apesar de neste trabalho não se considerar que exista uma grande clivagem nas políticas de Barack Obama e Donald Trump, a administração do primeiro – mesmo mantendo o objetivo de mudança de regime – criou condições para que Cuba pudesse viver economicamente e financeiramente mais desafogada, o que inevitavelmente se refletiria nas condições de vida dos cubanos. Para além do que diz respeito a Cuba, também pôs termo a algumas restrições abusivas que condicionavam a liberdade dos cidadãos dos EUA de visitarem ou investirem em Cuba, algo digno de ser valorizado.

Ao contrário da política externa dos EUA relativamente a Cuba, as mudanças internas do último mantiveram a mesma dinâmica e objetivos desde o VI congresso do PCC em 2011. Está patente nos documentos dos congressos do PCC e em alguma legislação aprovada (ex. lei nº118/2014) que a política de atualização do modelo económico e social é para manter e aprofundar. Isto encontra-se refletido na legitimação da propriedade privada de alguns meios de produção e no reconhecimento de capital 100% estrangeiro em congresso do PCC, e na crescente participação do sector não estatal (*privados/cuentapropistas*, CNA e IDE) na dinamização da economia e na criação de emprego. Ainda assim o sector não estatal, seja em que vertentes for, continua a ter imensos obstáculos. No caso dos *cuentapropistas* e das CNA temos o problema da ausência dum mercado grossista e da carga fiscal excessiva. Já no que ao IDE diz respeito temos os constrangimentos impostos pelo bloqueio económico e financeiro e o facto de só recentemente o país se ter aberto de maneira mais determinada ao investimento estrangeiro.

As medidas de Donald Trump têm um impacto particular no sector não estatal da economia. Sendo que parte das suas medidas visam condicionar o fluxo de turistas dos EUA para Cuba, os principais prejudicados serão alguns *cuentapropistas* e as CNA, que têm no turismo a principal fonte de receitas. Além disso, a crescente conflitualidade entre os dois países pode desincentivar o IDE na ilha ou não fossem os EUA a maior e mais importante economia do mundo.

Resumindo, a política dos EUA para com Cuba vive um momento de inflexão fruto de uma mudança de administração. Apesar da reversão de parte dos avanços positivos encetados por Barack Obama, não se considera que tenha havido uma mudança estrutural da política externa dos EUA para com Cuba pelos motivos expostos

anteriormente. Já no que a Cuba diz respeito, desde o VI congresso que vive um processo de mudanças constante a nível quantitativo e qualitativo que têm transformado economicamente e socialmente o país. Apesar de as medidas de Donald Trump criarem entraves ao desenvolvimento de algumas dessas mudanças, tal como o crescimento do setor não estatal, não se espera que o governo cubano inverta o percurso iniciado nos últimos anos, ao contrário do que aconteceu com a política dos EUA para com este país.

BIBLIOGRAFIA

Alejandro, Pavel Vidal, Omar Everlenny Pérez Villanueva e Saira Pons Pérez (2012), *La Inversión Extranjera y de la Unión Europea en Cuba*, Havana, Centro de Estudios de la Economía Cubana

Anuario Estadístico de Cuba 2017 – Turismo

Benítez, Santiago Pérez (2016), “Escenario global, Trump e Implicaciones para Cuba”, fragmentos de uma comunicação apresentada no âmbito do evento anual da Cátedra de Estudos do Caribe, Universidade de Havana, dezembro de 2016, Havana

Berenson, Tessa (2017), “The U.S. Is Warning Americans Not to Travel to Cuba. Here’s What to Know” (Online), consultado em 12.11.2018. Disponível em <http://time.com/4962780/us-travel-warning-cuba-sonic-attacks/>

Buch, Luis M. e Reinaldo Suárez (2004), *Gobierno Revolucionario Cubano: Primeros Pasos*, Havana, Editorial Ciencias Sociales

Bustamente, Michael J. (2005), “Is the Cuban Adjustment Act in Trouble?”, (Online), consultado em 01.10.2018. Disponível em: <https://cubacounterpoints.com/archives/1069>

Cabo, Modesto Gutierrez e Susana Antón (2018), “Inauguran primer mercado mayorista de alimentos en Cuba” (Online), consultado em 01.12.2018. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2018/03/16/inauguran-primer-mercado-mayorista-de-alimentos-en-cuba-fotos/#.XBKMeFz7TIU>

Cantón, José C. e Arnaldo Silva (2015), *Historia de Cuba 1959 – 1999: Liberación Nacional y Socialismo*, Havana, Editorial Pueblo y Educación

Caputo, Marc (2016), “In Miami, Trump morphs back into a Cuba hardliner” (Online), consultado em 05.10.2018. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2016/09/donald-trump-miami-cuba-hardliner-228314>

Caputo, Marc (2017), “Inside Marco Rubio’s campaign to shape Trump’s Cuba crackdown” (Online), consultado em 06.10.201. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2017/06/15/marco-rubio-donald-trump-cuba-plan-239597>

Castro, Fidel (1971), *A História me Absolverá*, Fundação, Prelo Editora

Castro, Fidel (2016), “El hermano Obama” (Online), consultado em 26.09.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/reflexiones-fidel/2016-03-28/el-hermano-obama-28-03-2016-01-03-16>

Castro, Raúl, (2014), *Discurso do 17D*, Havana

Charnock, Greig (*Sem data*), “Free Trade Area of the Americas” (Online), consultado em 05.09.2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Free-Trade-Area-of-the-Americas>

Civeira, Francisca López, Mario Mencía e Pedro Álvarez Tabío (2012), *Historia de Cuba 1899 – 1958: Estado Nacional, Dependencia e Revolución*, Havana, Editorial Pueblo e Educación

Cohen, Hannah Barkeley e Azam Ahmed (2017), “In Cuba, Trump’s Reversal Could Hurt Small Business” (Online), consultado em 10.10.2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/06/16/world/americas/trump-cuba.html>

Cohen, Zachary (2017), “Trump blames Cuba for mysterious attacks on US diplomats” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2017/10/16/politics/trump-cuba-us-diplomats-attack/index.html>

Colectivo de autores (2003), *El diferendo: Estados Unidos – Cuba*, Havana, Ediciones Verde Olivo

Constitución de la República de Cuba (2014), Havana, Editorial Mayor General Ignacio Agramonte y Loynaz

Crahan, Margaret E. e Soraya M. Castro Mariño (2016) (orgs.), *Cuba-US Relations: Normalizations and its Challenges*, Nova Iorque, Institute of Latin American Studies

De Bhal, John (2018), “More Continuity Than Change? US Strategy Toward Cuba Under Obama and Trump”, *Contemporary Politics*, (Online), 24, 4, disponível em *B-on*

Diaz-Balart, Mario (2015), “Obama’s Cuba Policy is Enabling a Dictator” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <http://time.com/3825781/mario-diaz-balart-obamas-cuba-policy/>

Diéguez, Andrés Zaldívar (2003), *Bloqueo – El Asedio Económico Más Prolongado de la Historia*, Havana, Editorial Capitán San Luís

Dominguez, Francisco (2017), “Trump and Latin America: Continuity and Change”, *Soundings*, 66

Domínguez, Jorge I. et.al (2017) (orgs.), *Social Policies and Decentralization in Cuba: Change in the Context of 21st-Century Latin America*, Cambridge, Harvard University David Rockefeller Center for Latin American Studies

Erllich, Reese (2014), “U.S. Funding (Another) Social Network to Try to Overthrow Castro” (Online), consultado em 15.09.2018. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/the-groundtruth-project/us-funding-another-social_b_5599147.html

Ferrer, Lisset Izquierdo, Edilberto Carmona Tamayo e Lisandra Romeo Matos (2018), “ZEDM atrae 474 millones de dólares, el mayor monto de inversión en cinco años” (Online), consultado em 05.12.2018. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2018/10/30/zedm-logra-captar-este-ano-por-vez-primera-el-mayor-monto-de-inversion/#.XBbcVFz7TIV>

Franklin, Jane (1997), *Cuba and the United States: A Chronological History*, Nova Iorque, Ocean Press

Fung, Thalia M. (1982), *En Torno a las Regularidades y Particularidades de la Revolución Socialista en Cuba*, Havana, Editorial Ciencias Sociales

Gabrielle, Alberto (2012) (org.), *The Cuban Economy After the VI Party Congress: Between State Socialism and Market Socialism*, Nova Science

Guerrero, Lissy Rodríguez (2018), “Los frutos de la indolencia: Cimex revela detalles del acaparamiento en La Puntilla y su investigación (Online), consultado em 28.11.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/cuba/2018-09-11/los-frutos-de-la-indolencia-11-09-2018-22-09-52?page=35>

Guadarrama, Ricardo Domínguez (2015), “Cuba - Estados Unidos: El Largo Proceso de Reconocimiento”, *Latinoamérica: Revista de Estudios Latinoamericanos*, (Online), 60, disponível em *B-on*

Hershberg, Eric e William M. LeoGrande (2016) (orgs.), *A New Chapter in Cuba-USA Relations: Social, Political, and Economic Implications*, Washington D.C, Palgrave Macmillan

Informe de Cuba sobre la resolución 63/7 de la Asamblea General de las Naciones Unidas – 2009: Necesidad de poner fin al bloqueo económico, financiero e comercial impuesto por los EE.UU. contra Cuba

Informe de Cuba sobre la resolución 69/5 de la Asamblea General de las Naciones Unidas – 2015: Necesidad de poner fin al bloqueo económico, financiero e comercial impuesto por los EE.UU. contra Cuba

Informe de Cuba sobre la resolución 71/5 de la Asamblea General de las Naciones Unidas – 2017: Necesidad de poner fin al bloqueo económico, financiero e comercial impuesto por los EE.UU. contra Cuba

King, Ledyard (2017), “Sen. Marco Rubio guiding President’s Trump Cuba policy to be unveiled Friday” (Online), consultado em 07.10.2018. Disponível em: <https://eu.usatoday.com/story/news/politics/2017/06/13/sen-marco-rubio-guiding-presidents-trump-cuba-policy-unveiled-friday/102824462/>

King, Ledyard (2017), “They insulted each other on the campaign trail, but now Trump and Rubio are chummy” (Online), consultado em 05.10.2018. Disponível em: <https://eu.usatoday.com/story/news/politics/2017/08/10/they-insulted-each-other-campaign-trail-but-now-trump-and-rubio-chummy/556282001/>

Kornbluh, Peter (2016), “Normalization of Relations With Cuba Is All But Irreversible Now” (Online), consultado em 27.09.2018. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/obamas-new-directive-probably-assures-the-irreversibility-of-normalization-with-cuba/>

Kunovic, Martina (2017), “Five things you need to know about Trump’s Cuba policy – and who it will hurt” (Online), consultado em 07.10.2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/06/22/five-things-you-need-to-know-about-trumps-cuba-policy-and-who-it-will-hurt/?utm_term=.c0583b3bdc5a

Labott, Elise e Patrick Oppmann (2017), “US expels Cuban diplomats following Havana attacks” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/10/03/politics/us-cuba-diplomatic-staff/index.html>

Lara, José Bell, Delia Luisa López e Tania Caram León (2006), *Documentos de la Revolución Cubana 1959*, Havana, Editorial Ciencia Sociales

Lara, José Bell, Delia Luisa López e Tania Caram León (2007), *Documentos de la Revolución Cubana 1960*, Havana, Editorial Ciencias Sociales

Lara, José Bell, Delia Luisa López e Tania Caram León (2008), *Documentos de la Revolución Cubana 1961*, Havana, Editorial Ciencias Sociales

LeoGrande, William M. (2015), “Normalizing US-Cuba Relations: Escaping the Shackles of the Past”, *International Affairs*, (Online), 91, 3, disponível em *B-on*

LeoGrande, William M. (2015), “A Policy Long Past its Expiration Date: US Economic Sanctions Against Cuba”, *Social Research*, (Online), 82, 4, disponível em *B-on*

LeoGrande, William M. e Peter Kornbluh (2016), *Diplomacia Encubierta com Cuba – Historia de las Negociaciones Secretas entre Washington y La Habana*, Havana, Editorial Ciencias Sociales

León, Lourdes Dávalos (2014), “El Régimen Jurídico de la Zona Especial de Desarrollo de Mariel en Cuba”, *Actualidad Jurídica*, (Online), 37, disponível em *B-on*

Le Riverand, Julio (1975), *La República*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales

Liptak, Kevin e Jim Acosta (2015), “Barack Obama and Raul Castro meet, launch new era of U.S.-Cuba ties” (Online), consultado em 21.09.2018. Disponível em : <https://edition.cnn.com/2015/04/11/politics/panama-obama-castro-meeting/index.html>

López-Levy, Arturo e Luís Carlos Battista (2017), “Raúl Castro caminó “la milla extra” para no ser responsable por dinâmicas de ruptura” (Online), consultado em 14.10.2018. Disponível em: <https://cubapossible.com/lopez-levy-raul-castro-no-responsable-dinamicas-ruptura/>

Mariño, Soraya M. Castro e Ronald W. Pruessen (2012) (orgs), *Fifty Years of Revolution: Perspectives on Cuba, the United States, and the World*, Gainesville, University Press of Florida

Mitchell, Andrea, Mary Murray e Kenzi Abou-Sabe (2017), “Cubans Forcefully Reject Blame for U.S. Diplomats’ Mystery Ailments” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/cubans-forcefully-reject-blame-u-s-diplomats-mystery-ailments-n813581>

Nespral, Jackie (2017), “The Elimination of the Cuban Medical Professional Parole Program” (Online), consultado em 03.10.2018. Disponível em: <https://www.nbcmiami.com/news/local/The-Elimination-of-the-Cuban-Medical-Professional-Parole-Program-410604655.html>

Vasilogambros, Matt (2016), “Changing their minds on Cuba” (Online), consultado a 05.09.2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2016/03/changing-their-minds-on-cuba/474612/>

Obama, Barack (2014), *Discurso do 17D*, Washington D.C

Obama, Barack (2016), *Discurso em Havana Velha perante cuentapropistas cubanos*, Havana

Obama, Barack (2016), “Remarks by President Obama at an Entrepreneurship and Opportunity Event” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/03/21/remarks-president-obama-entrepreneurship-and-opportunity-event-havana>

PCC (2011), *Informe Central al VI congreso del Partido Comunista de Cuba*, documento do VI congreso do Partido Comunista de Cuba, Havana

PCC (2011), *Lineamentos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento VI congreso do Partido Comunista de Cuba, Havana

PCC (2016), *Actualización de los Lineamentos de la Política Económico y Social del Partido y la Revolución*, documento do VII congreso do Partido Comunista de Cuba, Havana

PCC (2016), *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*, documento do VII congreso do Partido Comunista de Cuba, Havana

PCC (2016), *Informe Central al VII congreso del Partido Comunista de Cuba*, documento do VII congreso do Partido Comunista de Cuba, Havana

PCC (2016), *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social Hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos*, VII congreso do Partido Comunista de Cuba, Havana

Pérez, Ricardo Torres *et.al* (2015) (orgs.), *Cuba en un Nuevo Escenario: Perspectivas de Desarrollo Económico*, Havana, Publicaciones Acuario

Pérez, Ricardo Torres (2017), “El Proceso de Actualización del Modelo Económico y Social de Cuba”, *Pensamiento Proprio*, (Online), 45, disponível em *B-on*

Pérez, Ricardo Torres (2017), “Updating the Cuban Economy: The First 10 Years”, *Social Research*, (Online), 84, 2, disponível em *B-on*

Phippen, J. Weston (2016), “The First U.S. Flight to Cuba Since 1961” (Online), consultado em 15.09.2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/news/archive/2016/08/cuba-first-flight/498146/>

Redacción nacional (2017), “Maine sónico: el nuevo pretexto de Estados Unidos” (Online), consultado em 11.10.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/supuestos-ataques-acusticos/2017-10-31/maine-sonico-el-nuevo-pretexto-de-estados-unidos-31-10-2017-00-10-54>

Reis, Solange (2016), “Uma Leitura da aproximação Cuba-EUA sob a Doutrina Obama”, *Conjuntura Internacional*, (Online), 13, 1, disponível em *B-on*

Reyes, José Casañas e Felipa Suárez (1992), *EE UU vs. Cuba – Mas de Dos Siglos de Agresiones*, Havana, Editorial Verde Olivo

Ritter, Archibald R.M (2017), “Private and Cooperative Enterprise in Cuba’s Economic Future”, *Social Research*, (Online), 84, 2, disponível em *B-on*

Robles, Frances (2016), “Obama Spends Almost 2 Hours With Cuban Dissidents” (Online), consultado em 26.09.2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/projects/cp/international/obama-in-cuba/obama-spends-almost2-hours-with-cuban-dissidents>

Sánchez-Parodi, Ramón (2012), *Cuba-USA; Diez Tiempos de una Relación*, Havana, Editorial Ciencias Sociales (Edição original dos EUA, 2010)

Schor, Elana, “US elections 2008: Obama urges thaw in US-Cuba relations” (online), consultado em 30.08.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/may/23/barackobama.uselections20081>

Sem autor (2009), “Castro Visits the USA” (Online), consultado em 11.06.2018. Disponível em: <https://www.history.com/this-day-in-history/castro-visits-the-united-states>

Sem autor (2014), “Alan Gross: US worker released from Cuba prison” (Online), consultado em 03.09.2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-30519787>

Sem autor (2017), “Compañía portuguesa aprobada para la Zona del Mariel impactará en sector de la construcción” (Online), consultado em 05.12.2018. Disponível em: http://www.cubadebate.cu/noticias/2017/04/20/compania-portuguesa-aprobada-para-la-zona-del-mariel-impactara-en-sector-de-la-construccion/#.XBb_plz7TIU

Sem autor (2015), “Cuba has freed all 53 prisoners in historic deal, says Obama administration” (Online), consultado em 19.09.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/jan/12/cuba-frees-prisoners-us-deal>

Sem autor (2018), “Cuba registra récord de visitas de cubanoamericanos en 2018” (Online), consultado em. Disponível em: <https://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/cuba-es/article223670895.html>

Sem autor (2011), “Cuban party congress to outline radical economic and leadership change” (Online), consultado a 20.11.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/apr/19/cuba-castro-communist-congress>

Sem autor (2017), “Obama ends “wet foot, dry foot” policy for Cuban immigrants” (Online), consultado em 28.09.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jan/12/obama-ends-cuba-immigration-policy-wet-foot-dry-foot>

Sem autor (2018), “Sector agrícola EEUU apela al Trump empresario para levantar embargo a Cuba” (Online), consultado em 10.12.2018. Disponível em: <https://www.elnuevodiario.com.ni/internacionales/478952-estados-unidos-embargo-cuba/>

Sem autor (2015), “US removes Cuba from list of state sponsors of terror” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-32926821>

Sem autor (2017), “US reveals details of recent “sonic attack” on Cuba diplomats” (Online), consultado em 10.10.2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-41133855>

Sengupta, Somini e Rick Gladstone (2016), “U.S. Abstains in U.N. Vote Condemning the Embargo” (Online), consultado em 27.09.2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/10/27/world/americas/united-nations-cuba-embargo.html>

Sobre as Cooperativas de Créditos e Serviços, consultado em 29.11.2018. Disponível em: https://www.ecured.cu/Cooperativas_de_Cr%C3%A9ditos_y_Servicios

Sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária, consultado em 29.11.2018. Disponível em: https://www.ecured.cu/Cooperativas_de_Producci%C3%B3n_Agropecuaria

Sobre as Unidades Básicas de Produção Cooperativa, consultado em 29.11.2018. Disponível em: https://www.ecured.cu/Unidades_B%C3%A1sicas_de_Producci%C3%B3n_Cooperativa

Soto, Carlos Pérez (2016), “Resolución sobre el Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos” (Online), consultado em 24.11.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/septimo-congreso-del-pcc/2016-04-19/resolucion-sobre-el-plan-nacional-de-desarrollo-economico-y-social-hasta-2030-propuesta-de-vision-de-la-nacion-ejes-y-sectores-estrategicos-19-04-2016-01-04-35>

Torres-Cuevas, Eduardo e Oscar Loyola Veja (2006), *Historia de Cuba 1492-1898 – Formación y Liberación de la Nación*, Havana, Editorial Pueblo e Educación, (3ª Edição) (Edição original, 2001)

Valdés, Leonardo Andollo (2016), “Resolución sobre el Proyecto de Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista” (Online), consultado em 24.11.2018. Disponível em: <http://www.granma.cu/septimo-congreso-del-pcc/2016-04-19/resolucion-sobre-el-proyecto-de-conceptualizacion-del-modelo-economico-y-social-cubano-de-desarrollo-socialista-19-04-2016-01-04-35>

[19/resolucion-sobre-el-proyecto-de-conceptualizacion-del-modelo-economico-y-social-cubano-de-desarrollo-socialista-19-04-2016-01-04-40](#)

Vasilogambros, Matt (2016), “Changing their minds on Cuba” (Online), consultado a 05.09.2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2016/03/changing-their-minds-on-cuba/474612/>

Willacy, Hazel M e Aubrey B. Willacy (2016), “Arbitration in Post-Rapprochement Cuba”, *Dispute Resolution Journal*, (Online), 71, 3, disponível em *B-on*

Yuhas, Alan (2015), “US formally drops Cuba from terrorism “blacklist”” (Online), consultado em 24.09.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/may/29/us-formally-drops-cuba-from-terror-black-list>

FONTES

Cuban Adjustment Act (Public Law 89-732). Disponível em: <https://www.uscis.gov/ilink/docView/AFM/HTML/AFM/0-0-0-1/0-0-0-8624/0-0-0-10170.html>

Cuban Democracy Act (lei Torricelli). Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/cda.pdf>

Cuban Liberty and Deomocratic Solidarity Act (lei Helms-Burton). Disponível em : <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/libertad.pdf>

Decreto-lei 305/2012 “De las cooperativas no agropecuarias”. Disponível em: http://www.mincin.gob.cu/wp-content/uploads/2018/09/GO_X_053_2012.pdf

Foreign Assistance Act. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/USCODE-2010-title22/html/USCODE-2010-title22-chap32-subchapIII-partI-sec2370.htm>

Lei nº 77/1995 “Ley de inversión extranjera”. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/html/leyinversionextranjera.html#OC>

Lei nº 118/2014 “Ley de inversión extranjera”. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/html/leyinversionextranjera.html#OC>

National Security Presidential Memorandum on Strengthening the Policy of the United States Towards Cuba. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2017/10/20/2017-22928/strengthening-the-policy-of-the-united-states-toward-cuba>

Presidential Policy Directive/ PPD-43. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?abstract&did=797569>

Resolução 32/2010 do Ministério do Trabalho e Segurança Social. Disponível em: http://www.postdata.club/issues/201708/docs/GO_E_012_2010.pdf

Resolução 36/2010 do Ministério do Trabalho e Segurança Social. Disponível em: http://www.postdata.club/issues/201708/docs/GO_E_012_2010.pdf

Trade Sanctions Reform and Export Enhancement Act. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/tsra.pdf>

Trade with the Enemy Act. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Documents/twea.pdf>

ENTREVISTAS

Andrés Zaldívar Diéguez, docente e investigador do Centro de Estudos Hemisféricos e sobre os Estados Unidos da Universidade de Havana

Carlos Alzugaray, ex-diplomata da República de Cuba e docente no Instituto Superior de Relações Internacionais “Raúl Roa Garcia”

Eduardo González Lerner, ex-diplomata e ex-embaixador da República de Cuba em Portugal

Dacheri López Valdivia, docente e investigador da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais da Universidade de Havana

Délia Luisa López, docente e investigadora da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais e presidente da cátedra de estudos Ernesto “Ché” Guevara, ambas da Universidade de Havana

Hassan Pérez Casabona, docente e investigador do Centro de Estudos Hemisféricos e sobre os Estados Unidos da Universidade de Havana

Johana Tablada, diplomata e vice-directora para os EUA no Ministério das Relações Externas de Cuba e ex-embaixadora da República de Cuba em Portugal

Lázaro Díaz Fariñas, docente e investigador da Faculdade de Economia da Universidade de Havana

Ricardo Torres Pérez, docente e investigador na Faculdade de Economia da Universidade de Havana e do Centro de Estudos de Economia Cubana

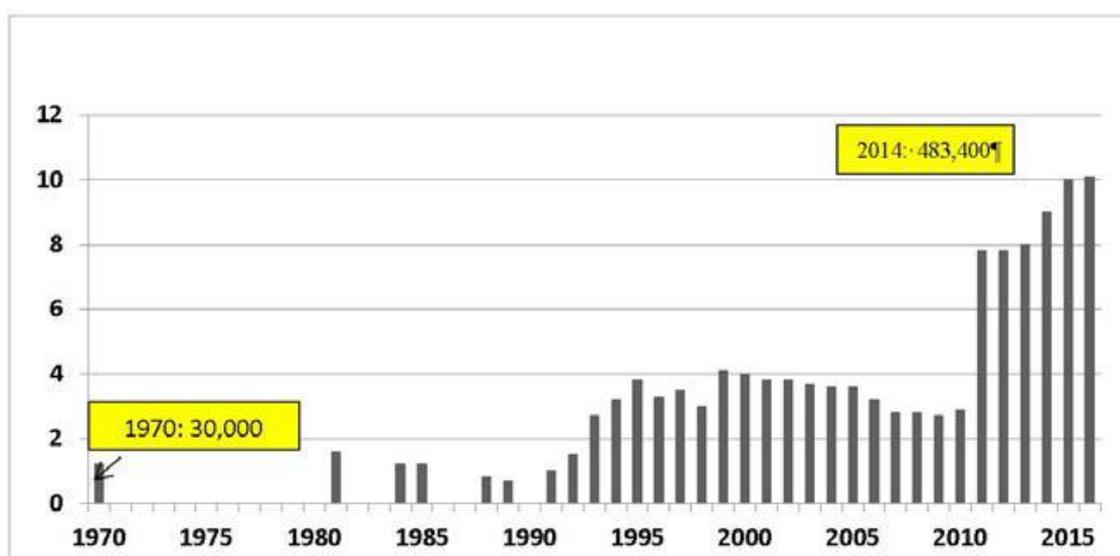
Santiago Pérez Benítez, investigador e vice-director do Centro de Investigação de Política Internacional

ANEXOS

Ano	Nº de visitantes dos EUA (excluindo cubano americanos)	Diferença do nº de visitantes	Variação %
2014	92 325	-	-
2015	162 972	+ 70 647	+ 77%
2016	284 552	+ 121 580	+ 74,6%
2017	618 346	+ 333 794	+ 117%
2018	605 416	- 12 930	- 2,09%

Anexo A - Evolução do número de visitas de cidadãos dos EUA a Cuba.

Fontes - “Anuario Estadístico de Cuba 2017 – Turismo” e Sem autor (2018), “Cuba registra récord de visitas de cubanoamericanos en 2018” (Online), consultado em. Disponível em: <https://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/cuba-es/article223670895.html>



Anexo B - Evolução da percentagem do cuentapropismo (excluindo no sector agrícola) no total do emprego em Cuba.

Fonte - Ritter, Archibald R.M (2017), “Private and Cooperative Enterprise in Cuba’s Economic Future”, *Social Research*, (Online), 84, 2, disponível em *B-on*

	2010	2015
Public	83.8	71.2
Cooperative	4.4	4.4
Urban	—	0.2
Agricultural	4.4	4.2
Private	11.8	24.4
Farmers	8.9	14.1
Urban private (self-employed)	3.0	10.3

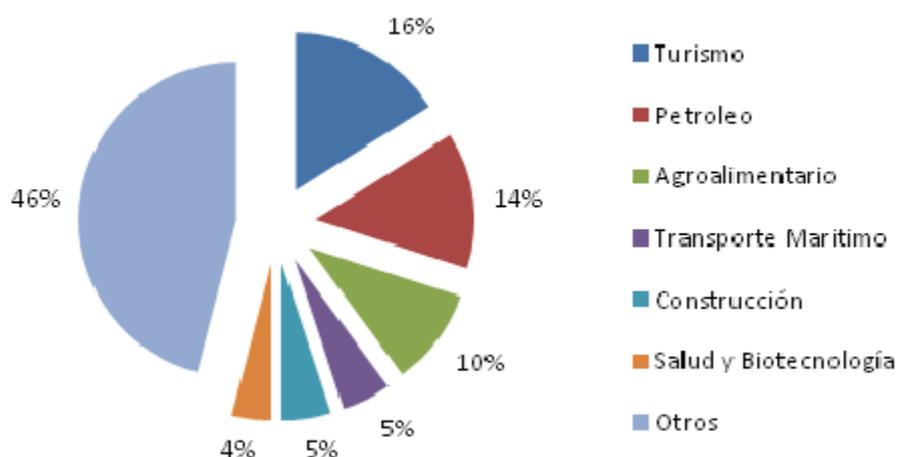
Anexo C - Distribuição do emprego em Cuba

Fonte - Pérez, Ricardo Torres (2017), “Updating the Cuban Economy: The First 10 Years”, *Social Research*, (Online), 84, 2, disponível em *B-on*

Ano	CNA	UBPC	CPA	CCS	Total de cooperativas
2011	0	2165	1002	2644	5811
2012	0	2038	1006	2644	5688
2013	198	1811	909	2502	5420
2014	345	1754	903	2504	5506
2015	367	1699	897	2510	5473
2016	383	1690	894	2508	5475

Anexo D - Organizações cooperativas em operação.

Fonte - Guethón, Reynaldo Jiménez e Niurka Padrón Sánchez, “Nonfarm Cooperatives in the Current Cuban Context: Challenges and Perspectives” em Jorge I. Domínguez *et.al* (2017) (orgs.), *Social Policies and Decentralization in Cuba: Change in the Context of 21st-Century Latin America*, Cambridge, Harvard University David Rockefeller Center for Latin American Studies



Anexo E – Percentagem de empresas mistas e contratos de associação internacional por setor.

Fonte - Alejandro, Pavel Vidal, Omar Everleny Pérez Villanueva e Saira Pons Pérez (2012), *La Inversión Extranjera y de la Unión Europea en Cuba*, Havana, Centro de Estudios de la Economía Cubana



Anexo F – Infografía sobre a ZEDM

Fonte - Ferrer, Lisset Izquierdo, Edilberto Carmona Tamayo e Lisandra Romeo Matos (2018), “ZEDM atrae 474 millones de dólares, el mayor monto de inversión en cinco años” (Online), consultado em 05.12.2018. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2018/10/30/zedm-logra-captar-este-ano-por-vez-primera-el-mayor-monto-de-inversion/#.XBbcVFz7TIV>